



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

EDITAL Nº 01/2019

Processo de seleção pública de entidade sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip do Estado de Minas Gerais, para celebrar termo de parceria que tem como objeto a realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG e o fomento ao desporto e paradesporto escolar, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

Revisão:

02

Elaboração:

novembro/2019



SUMÁRIO

EDITAL SEDESE Nº 01/2019	3
1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	3
2. DO OBJETO, VALOR E VIGÊNCIA	4
3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	5
4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	6
5. DA PUBLICIDADE DO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO	7
6. DO PRAZO DE ELABORAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS	9
7. FORMA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS.....	9
8. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	10
9. DOS RECURSOS	11
10. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA E CONVOCAÇÃO DA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS VENCEDORA.....	12
11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	13
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	16
ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	40
ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA	50
ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE PARCERIA E SEUS ANEXOS	51
ANEXO V – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DAS ETAPAS MICRORREGIONAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.	100
ANEXO VI – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS PELA OSCIP PARA USO NOS JOGOS	104



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDITAL Nº 01/2019

Processo de seleção pública para celebração de termo de parceria

O Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e pela Resolução SEDESE nº 20, de 16 de julho de 2019, e considerando o disposto na Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e no Decreto Estadual nº 47.554 de 2018 e alterações posteriores, torna pública a abertura de Edital para recebimento de propostas de entidades sem fins lucrativos interessadas em participar de processo de seleção pública para celebração de termo de parceria, doravante denominadas PROPONENTES.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O presente processo de seleção pública para celebração de termo de parceria obedecerá às exigências constantes na Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e no Decreto Estadual nº 47.554 de 2018, bem como as condições fixadas neste Edital e os respectivos Anexos que o compõem.

1.2. Este Edital encontra-se disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no seguinte endereço: <http://www.social.mg.gov.br/parceiro/editais/termo-de-parceria>.

1.3. É dispensável a prévia qualificação da PROPONENTE como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip no Estado de Minas Gerais para a participação no presente processo de seleção pública.

1.3.1. Caso a PROPONENTE mais bem classificada no processo de seleção pública não tenha qualificação como Oscip, deverá encaminhar requerimento de qualificação para a SEPLAG, conforme procedimentos previstos na Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e no Decreto Estadual nº 47.554 de 2018.

1.4. As PROPONENTES assumem todos os eventuais custos relativos à preparação e apresentação das respectivas propostas e o Estado de Minas Gerais não será, em nenhum caso, responsável por esses custos.

1.5. Ao encaminhar a proposta, a PROPONENTE se compromete com a autoria, com a veracidade e autenticidade das informações apresentadas, podendo ser desclassificada e responsabilizada a qualquer momento, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a imprecisão ou falsidade de informações ou documentos apresentados.



1.6. O julgamento da documentação enviada pelas PROPONENTES será conduzido por comissão julgadora composta pelos representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social designados na Resolução SEDESE nº 50/2019 publicada na página 10 do Diário Oficial dos Poderes do Estado do dia 08/11/2019.

1.7. Qualquer modificação no Edital exige alteração do seu texto original, por meio de retificação do documento publicado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

1.8. Integram o presente Edital, para todos os efeitos legais:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS;
- c) ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA;
- d) ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE PARCERIA E SEUS ANEXOS;
- e) ANEXO V- EQUIPE A SER CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DAS ETAPAS MICRORREGIONAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL
- f) ANEXO VI – LISTA DE MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS PELA OSCIP PARA USO NOS JOGOS

2. DO OBJETO, VALOR E VIGÊNCIA

2.1. Este Edital tem por objeto selecionar a melhor proposta apresentada pelas PROPONENTES no presente processo de seleção pública para celebração de termo de parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com interveniência da Secretaria de Estado de Educação, que tem como objeto a realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG e o fomento ao desporto e paradesporto escolar, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

2.2. A especificação técnica das atividades e serviços de interesse público a serem desenvolvidos pelo termo de parceria oriundo do presente processo de seleção pública está descrita no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

2.3. Os critérios para análise e julgamento dos documentos encaminhados pelas PROPONENTES neste processo de seleção pública estão descritos no ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.

2.4. A minuta do termo de parceria oriundo do presente processo de seleção pública está apresentada no ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE PARCERIA E SEUS ANEXOS.



2.5. O valor estimado a ser repassado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Educação, por meio do termo de parceria, é de R\$ 7.232.903,26 (Sete milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e três reais e vinte e seis centavos), a serem repassados conforme o cronograma de desembolsos, e de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) relativos às receitas arrecadadas previstas no Termo de Parceria, conforme condições previstas no ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE PARCERIA E SEUS ANEXOS.

2.6. A despesa referente ao valor a ser repassado pela SEDESE e SEE, decorrente do termo de parceria a ser celebrado a partir do presente Edital, deverá ser prevista na ação orçamentária do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 correspondente às ações “4551 (SEDESE) e 4655 (SEE) – Desenvolvimento do Esporte Educacional” do PPAG 2016-2019.

2.7. A vigência do termo de parceria a ser celebrado será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Poderes do Estado, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 5 (cinco) anos.

2.8. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social poderá celebrar termos aditivos ao termo de parceria, sem nova seleção pública de entidade sem fins lucrativos, nas hipóteses previstas no §3º do art. 22 da Lei Estadual nº 23.081 de 2018.

2.9. O processo de seleção pública para celebração de termo de parceria definido neste Edital terá validade de 12 (doze) meses prorrogável por igual período, contada a partir da publicação do respectivo resultado no Diário Oficial dos Poderes do Estado.

3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

3.1. A PROPONENTE deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Formulário do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, denominado “Formulário de envio de proposta”;

b) Documentos de comprovação de experiência.

b.1) Balanço Patrimonial, do ano de 2018;

b.2) Serão considerados documentos de comprovação de experiência: acordos de cooperação técnica, contratos, contratos de gestão, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de parceria, ou instrumentos jurídicos congêneres.



b.3) Todos os documentos para comprovação de experiência deverão ser celebrados entre um órgão signatário, seja este público ou privado, e a PROPONENTE.

b.4) Os documentos previstos na “alínea b.2” serão aceitos para fins de comprovação de experiência, apenas quando acompanhados da comprovação de sua execução e regularidade, mediante apresentação de um dos documentos abaixo:

b.4.1) comprovante da aprovação da prestação de contas;

b.4.2) relatórios parciais de execução, monitoramento ou de avaliação, caso previstos na legislação específica do instrumento jurídico apresentado, emitidos pelo órgão público competente ou pela parte signatária dos instrumentos jurídicos apresentados;

b.4.3) declaração ou atestado de execução e regularidade, emitido pelo órgão público competente ou pela parte signatária dos instrumentos jurídicos apresentados.

c) Demais documentos exigidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

c.1) declaração de execução que conste o número de participantes do evento emitida pelo signatário do instrumento jurídico correspondente, para comprovação da experiência na execução de eventos esportivos conforme o número de participantes;

c.2) declaração de execução que conste a data dos eventos e número de municípios envolvidos, para comprovação experiência na execução de eventos simultâneos em diferentes municípios.

3.2. Todos os documentos previstos no item 3.1 deverão ser encaminhados em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo todos os elementos exigidos neste Edital e poderão ser encaminhados em cópia simples, reservado à comissão julgadora o direito de exigir os originais para fins de cumprimento de diligências ou quaisquer verificações.

4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

4.1. Poderão participar do processo de seleção pública para celebração de termo de parceria quaisquer entidades sem fins lucrativos, exceto aquelas que:

a) estejam em cumprimento de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, por prazo não superior a dois anos;

b) estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o que ocorrerá sempre que o contratado ressarcir a



administração pública pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

c) tenham pendências na prestação de contas de instrumento anteriormente firmado com a administração pública.

d) estejam inscritas no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM).

e) tenham perdido a qualificação como Organização da sociedade Civil de Interesse Público do Estado de Minas Gerais pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do art. 14 da Lei Estadual nº 23.081 de 2018, enquanto perdurar o impedimento de que trata o §2º do art. 14 da mesma lei.

f) sejam enquadradas nas hipóteses do art. 8 e no parágrafo único do art. 10 da Lei Estadual nº 23.081 de 2018.

4.2. A entidade sem fins lucrativos que não possui o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado de Minas Gerais poderá requerê-lo a qualquer momento à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, conforme dispõe a Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e o Decreto Estadual nº 47.554 de 2018.

4.3. Na hipótese da entidade sem fins lucrativos vencedora do processo de seleção pública ser sediada em outro Estado da federação, será obrigatória a constituição de filial, sediada em Minas Gerais, para execução do termo de parceria.

5. DA PUBLICIDADE DO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

5.1. O prazo para publicidade do Edital é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente à publicação do extrato deste instrumento jurídico no Diário Oficial dos Poderes do Estado.

5.2. Durante o prazo para publicidade deste Edital as PROPONENTES se obrigam a examinar cuidadosamente todos os documentos constantes neste Edital.

5.3. Alegações relacionadas com o desconhecimento de informações constantes neste Edital, bem como das normas dispostas na Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e no Decreto Estadual nº 47.554 de 2018, não serão admitidas.

5.4. A Secretaria de Desenvolvimento Social realizará sessão pública de esclarecimentos para eventuais dúvidas acerca dos procedimentos para participação neste processo de seleção pública para celebração



de termo de parceria, conforme data e horário previstos no ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA.

5.5. Até o prazo máximo de 3 (três) dias úteis antes do término do prazo para publicidade do Edital, os interessados poderão encaminhar pedidos de esclarecimentos ou de impugnação.

5.5.1. Os pedidos de esclarecimentos ou de impugnação acerca deste Edital poderão ser realizados por qualquer pessoa, física ou jurídica, e deverão ser, obrigatoriamente, encaminhados para o e-mail spe@social.mg.gov.br.

5.5.2. Os interessados deverão se identificar (CNPJ e razão social, se pessoa jurídica, ou nome e CPF, se pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo e e-mail) nos respectivos pedidos de esclarecimentos ou de impugnação eventualmente encaminhados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

5.5.3. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data em que o pedido for encaminhado pelo interessado.

5.5.4. Os pedidos de impugnação serão respondidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data em que o pedido for encaminhado pelo interessado.

5.5.5. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social disponibilizará todos os pedidos de esclarecimentos e de impugnação bem como as respectivas respostas no sítio eletrônico <http://www.social.mg.gov.br/parceiro/editais/termo-de-parceria>.

5.6. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social deverá responder a todos os pedidos de impugnação encaminhados até o fim do prazo para publicidade definido no item 5.1 deste Edital.

5.7. O encaminhamento de eventual pedido de impugnação não impedirá a participação da PROPONENTE neste processo de seleção pública para celebração de termo de parceria.

5.8. Findo o período de publicidade a que se refere o item 5.1, decai o direito das PROPONENTES de impugnarem o presente Edital, sendo que a apresentação de proposta pela PROPONENTE implica a aceitação integral e irretratável dos seus termos, condições, cláusulas e anexos.

5.9. A apresentação de proposta pela entidade sem fins lucrativos participante em processo de seleção pública implica a sua aceitação integral e irretratável dos termos, condições, cláusulas e anexos



definidos em edital, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de desconhecimento em qualquer momento.

6. DO PRAZO DE ELABORAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

6.1. No dia útil subsequente ao término do prazo para publicidade do Edital, será iniciado o prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos.

6.2. O prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos é de 5 (cinco) dias úteis, contados na forma do item 6.1.

6.3. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social deverá dar ampla publicidade, no respectivo sítio eletrônico em que este Edital se encontra disponível, ao prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos.

7. FORMA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS

7.1 A PROPONENTE deverá entregar os documentos previstos no item 3.1 deste Edital exclusivamente em meio digital, através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

7.2. Durante o prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos, a PROPONENTE deverá iniciar processo no SEI utilizando o tipo de peticionamento eletrônico denominado “Seleção pública de entidade sem fins lucrativos – Edital SEDESE nº. 01/2019 – Lei Estadual nº. 23.081, de 2018” e anexar cópia de todos os documentos previstos no item 3.1 deste Edital.

7.2.1 caso a proponente identifique a necessidade de alterar sua proposta dentro do prazo do item 6.2, deverá realizar novo peticionamento completo, conforme item 7.2.

7.2.2 Caso a proponente realize mais de um peticionamento no mesmo processo de seleção pública, o(s) primeiro(s) será(ão) desconsiderado(s) e será considerado válido para julgamento como proposta somente o último peticionamento realizado.

7.3. No processo de anexação dos documentos no SEI, a proponente preencherá eletronicamente o “Formulário de envio de proposta”, a ser assinado eletronicamente pelo seu representante legal, conforme modelo disponível no SEI

7.4. O representante legal de PROPONENTE que não possuir cadastro de usuário externo no SEI deverá se cadastrar durante o prazo para publicidade deste Edital, conforme procedimentos divulgados pela



SEPLAG e disponíveis em: <http://planejamento.mg.gov.br/pagina/gestao-governamental/sei/sistema-eletronico-de-informacoes>

7.5. As PROPONENTES não poderão, sob nenhuma hipótese, transferir a terceiros o *login* e senha individuais que serão gerados pelo SEI, podendo ser responsabilizadas no caso de descumprimento.

7.6. Não serão considerados, para fins de avaliação da proposta por parte da comissão julgadora, documentos diversos dos que foram solicitados neste Edital.

7.7. Até o fim do prazo a que se refere o item 6.2, a administração pública estadual deverá garantir que o peticionamento eletrônico não seja acessado.

7.8. Após o fim do prazo a que se refere o item 6.2, a administração pública estadual deverá garantir que somente os representantes da comissão julgadora tenham acesso ao peticionamento eletrônico, até que seja publicada ata de julgamento de que trata o item 8.6.

7.9. É vedado o envio de processo no SEI, contendo os documentos previstos no item 3.1 deste Edital, fora do prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos, sob pena de desclassificação da PROPONENTE do presente processo de seleção pública.

7.10. Após o prazo para elaboração e entrega das propostas, é vedada a inclusão, retirada, substituição ou retificação de quaisquer documentos referentes ao item 3.1 deste Edital pela PROPONENTE.

8. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. No dia útil imediatamente seguinte ao fim do prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos, a comissão julgadora deverá se reunir para dar início à análise e julgamento da documentação enviada, no SEI, pelas PROPONENTES.

8.2. Para analisar e julgar as propostas recebidas, a comissão julgadora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contados a partir do dia útil imediatamente seguinte ao fim do prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos.

8.3. A comissão julgadora zelará pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas PROPONENTES, obedecendo aos critérios previstos neste Edital e às normas da Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e do Decreto Estadual nº 47.554 de 2018.

8.4. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, pessoal ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da imparcialidade entre as entidades sem fins lucrativos participantes.



8.5. A análise e o julgamento realizados pela comissão julgadora deverão ser fundamentados e registrados em documentos que deverão ser juntados aos autos do processo de seleção pública e deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Subsecretaria de Esportes.

8.6. Dentro do prazo previsto no item 8.2 deste Edital, a comissão julgadora elaborará ata de julgamento, demonstrando o resultado da análise dos documentos e a classificação das PROPONENTES.

8.7. A ata de julgamento deverá conter a pontuação atribuída a cada PROPONENTE, a partir da aplicação dos critérios constantes no ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.

8.8. Será considerada mais bem classificada neste processo de seleção pública a PROPONENTE que obtiver a maior pontuação final.

8.9. Em caso de empate, deverá ser utilizada regra de desempate estabelecida no ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS deste Edital.

8.10. Finalizada a elaboração da ata de que trata o item 8.6, a comissão julgadora encaminhará este documento à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que imediatamente deverá publicá-lo no sítio eletrônico, no seguinte endereço: <http://www.social.mg.gov.br/parceiro/editais/termo-de-parceria>.

9. DOS RECURSOS

9.1. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social abrirá prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente à publicação da ata de julgamento.

9.2. Os recursos deverão ser direcionados ao dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

9.2.1. A PROPONENTE interessada em recorrer do julgamento deverá enviar e-mail obrigatoriamente para spe@social.mg.gov.br, fundamentando e inserindo os documentos relativos ao respectivo recurso.

9.2.2. A PROPONENTE deverá se identificar, por meio de CNPJ e razão social, e disponibilizar as informações para contato (endereço completo e e-mail) na respectiva interposição de recurso eventualmente encaminhada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

9.2.3 Os documentos enviados para fins de recurso deverão ser apresentados em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.



9.3. Recebido o recurso, o dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social terá até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para analisar e decidir.

9.4. A decisão do dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social sobre eventuais recursos deverá ser publicada no sítio eletrônico, no seguinte endereço: <http://www.social.mg.gov.br/parceiro/editais/termo-de-parceria>.

9.5. Não caberá, na esfera administrativa, a interposição de outro recurso em face da decisão do dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

10. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA E CONVOCAÇÃO DA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS VENCEDORA

10.1. A divulgação do resultado do processo de seleção pública, contendo a classificação das PROPONENTES, após a decisão de eventual recurso interposto, e a indicação da entidade sem fins lucrativos vencedora, deverá ser publicada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social no Diário Oficial dos Poderes do Estado e no seu sítio eletrônico, no seguinte endereço: <http://www.social.mg.gov.br/parceiro/editais/termo-de-parceria>, em até 05 (cinco) dias úteis após a decisão de eventual recurso.

10.2. A homologação do resultado deste processo de seleção pública deverá ser publicada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social no Diário Oficial dos Poderes do Estado e no seu sítio eletrônico, no seguinte endereço: <http://www.social.mg.gov.br/parceiro/editais/termo-de-parceria>.

10.3. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social poderá convocar a entidade sem fins lucrativos vencedora para celebrar termo de parceria, por meio de ato publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado e de correspondência oficial, preferencialmente encaminhada pelo SEI, estabelecendo o prazo de 02 (dois) dias úteis para comparecimento, contados a partir do dia útil subsequente à data de publicação da convocação.

10.4. Convocada, a entidade sem fins lucrativos vencedora deverá comparecer à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com sede na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, situada na Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 – 14º andar, Edifício Minas, bairro Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.630-900, de segunda a sexta-feira, de 09h às 12h e 13h às 17h, no prazo estabelecido no item 10.3.



10.5. Na hipótese de a entidade sem fins lucrativos vencedora não possuir o título de Oscip do Estado de Minas Gerais, esta deverá encaminhar requerimento de qualificação para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, nos termos e condições da Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e do Decreto Estadual nº 47.554 de 2018.

10.6. O requerimento a que se trata o item 10.5 deverá ser encaminhado à SEPLAG em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente à data de publicação da convocação da entidade sem fins lucrativos vencedora.

10.7. Caso a entidade sem fins lucrativos vencedora do certame não compareça no prazo previsto no item 10.3 deste Edital, se recuse a celebrar o termo de parceria, não apresente requerimento no prazo do item 10.6 ou na impossibilidade de deferimento da qualificação como Oscip para a entidade vencedora, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social poderá convocar a entidade sem fins lucrativos classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que seja celebrado o termo de parceria, obedecido o prazo de validade deste processo de seleção pública.

10.8. O termo de parceria oriundo do presente processo de seleção pública está previsto para ser celebrado em 05/02/2020.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Quaisquer documentos, atos complementares, avisos, comunicados e convocações relativos a este processo de seleção pública que vierem a ser divulgados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no seguinte endereço: <http://www.social.mg.gov.br/parceiro/editais/termo-de-parceria>, serão incorporados a este Edital para todos os efeitos.

11.2. Caso haja necessidade de retificação ao Edital, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social fará a devida avaliação e fundamentação e, havendo alteração das condições estabelecidas para a elaboração das propostas, empreenderá a reabertura ou prorrogação do prazo para publicidade do Edital.

11.3. É assegurado ao Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, o direito de, de acordo com o interesse público, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente processo de seleção pública para celebração de termo de parceria, fundamentando sua decisão e dando publicidade à mesma, por meio de divulgação no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.



11.4. As manifestações da comissão julgadora e as decisões do dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social deverão ser fundamentadas com os motivos que as ensejaram.

11.5. É facultado à comissão julgadora, ou ao dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em qualquer fase deste processo de seleção pública, promover diligências, a fim de esclarecer ou complementar a instrução do mesmo.

11.6. Quando todas as PROPONENTES forem inabilitadas ou desclassificadas, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social poderá reabrir o prazo de publicidade do Edital e o prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos, para a apresentação de documentos por qualquer entidade sem fins lucrativos interessada, contados a partir da publicação do extrato de reabertura de prazo do Edital no Diário Oficial dos Poderes do Estado.

11.7. Nos casos de ausência de interessados no presente processo de seleção pública e impossibilidade comprovada de repetição do processo sem prejuízo para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, esta poderá dispensar o procedimento, podendo firmar termo de parceria diretamente com determinada entidade qualificada com o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado de Minas Gerais, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas neste Edital, conforme disposto no inciso IV do art. 17 da Lei Estadual nº 23.081 de 2018.

11.8. A qualquer momento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social poderá desclassificar as PROPONENTES, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção, que represente infração das regras deste Edital.

11.9. Na hipótese do item 11.8, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social poderá convocar para a celebração do termo de parceria a entidade sem fins lucrativos classificada em segundo lugar e assim, sucessivamente.

11.10. O programa de trabalho, constante no ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE PARCERIA E SEUS ANEXOS, poderá ser adequado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em parceria com a entidade sem fins lucrativos, durante a celebração do termo de parceria, de acordo com o interesse público e desde que preservados os parâmetros definidos neste edital e na proposta da entidade sem fins lucrativos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

11.11. Ao encaminhar proposta neste processo de seleção pública, a PROPONENTE concorda com os limites orçamentários e financeiros definidos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de desclassificação.

11.12. O resultado deste processo de seleção pública não vincula a celebração do termo de parceria com a administração pública estadual.

11.13. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

11.14. Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas e questões decorrentes do presente Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2019.

ELIZABETH JUCÁ E MELLO JACOMETTI
SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este ANEXO apresenta a especificação técnica das atividades e serviços de interesse público a serem desenvolvidos pelo termo de parceria a ser celebrado oriundo do presente processo de seleção pública. De forma adicional, visa orientar a elaboração das propostas das entidades sem fins lucrativos, apresentando as diretrizes gerais para a execução da política pública em questão, bem como permitir o entendimento acerca do termo de parceria a ser celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, por meio da Subsecretaria de Esportes – SUBESP, com interveniência da Secretaria de Estado de Educação - SEE.

2. DESCRIÇÃO ATIVIDADE/SERVIÇO A SER EXECUTADO VIA TERMO DE PARCERIA

A pretendida política pública de fomento ao desporto educacional e ao paradesporto visa atender ao disposto no artigo 7º da Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998, que estabelece a destinação dos recursos oriundos do Ministério do Esporte, a saber:

Art. 7º Os recursos do Ministério do Esporte terão a seguinte destinação:

I - desporto educacional;

II - desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III - desporto de criação nacional

(...)

VIII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Diante do exposto, e por se tratar de recursos advindos, em sua grande maioria, da “*Fonte 38- Transferências de Recursos da União Vinculados ao Esporte*”, as políticas públicas a serem desempenhadas sob a égide do Termo de Parceria tem como objetivo promover ações nas dimensões esportivas supracitadas, sendo o Jogos Escolares de Minas Gerais a principal delas.

O “Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG” é uma política pública do Governo do Estado de Minas Gerais que consiste na mais tradicional competição esportiva estadual no âmbito escolar, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Estado de Esportes- SUBESP, e Secretaria de Estado de Educação – SEE, tendo como metas principais as que abaixo se encontram listadas:



- Fomentar a prática do esporte e do paradesporto com fins educativos;
- Contribuir para o adequado desenvolvimento do talento esportivo e paradesportivo;
- Contribuir para o desenvolvimento integral do estudante como ser social, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania;
- Estimular a prática esportiva nas instituições de ensino fundamental e médio das redes públicas (municipal, estadual e federal) e particular;
- Promover o intercâmbio socioesportivo entre os participantes e as comunidades envolvidas;
- Estabelecer um elo de identidade do educando com sua unidade de ensino;
- Indicar o representante do Estado de Minas Gerais nas modalidades e categorias, quando for o caso, em eventos promovidos pelo Ministério do Esporte, Ministério da Educação, Comitê Olímpico do Brasil - COB e Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB.

O JEMG é uma ferramenta pedagógica que valoriza a prática esportiva escolar e a construção da cidadania dos jovens estudantes-atletas do Estado de Minas Gerais, de forma educativa e democrática. É o esporte como instrumento da educação global dos estudantes. O aumento do vínculo estudante-atleta com a escola contribui na diminuição da evasão escolar, além de possibilitar o desenvolvimento de novos talentos esportivos. Por abranger diversas regiões do Estado, o JEMG atua como canal de integração, sociabilidade e aprendizado dos estudantes-atletas envolvidos nos Jogos. Por intermédio do desporto escolar, auxilia na formação de cidadãos mais críticos e conscientes, estimulando o pleno exercício da cidadania.

O grande contingente de estudantes-atleta e municípios inscritos impossibilita a realização de uma execução única de abrangência estadual. Nesse sentido, a competição é dividida em três fases: a Etapa Microrregional, com execuções em todas as 47 (quarenta e sete) regionais de ensino da Secretaria de Estado de Educação e classificatória para a Etapa Regional; a Etapa Regional, com seis execuções geograficamente divididas ao longo da extensão territorial do Estado de Minas Gerais e classificatória para a Etapa Estadual; e a Etapa Estadual, realizada em até dois municípios sede com a participação das equipes classificadas nas etapas Regionais e estudantes-atletas que se inscreveram em modalidades individuais e paradesportivas.



O público alvo são estudantes-atletas de 12 a 17 anos, divididos em dois módulos (Módulo I – 12 a 14 anos e Módulo II – 15 a 17 anos), nos naipes masculino e feminino, matriculados em escolas da rede pública ou particular. As modalidades a serem disputadas na etapa microrregional são: basquetebol, handebol, futsal, voleibol e xadrez. As modalidades a serem disputadas na etapa regional são: basquetebol, handebol, futsal, voleibol e xadrez. As modalidades a serem disputadas na etapa estadual serão: Atletismo, Atletismo PCD, Badminton, Basquete, Basquete em cadeiras de rodas, Bocha, Ciclismo, Futsal, Futebol de 5, Futebol de 7, Ginástica artística, Ginástica rítmica (feminino), Goalball, Handebol, Judô, Judô PCD, Luta olímpica, Natação, Natação PCD, Parabdrinton, Taekwondo, Tênis de mesa, Tênis de mesa PCD, Tênis em cadeira de rodas, Voleibol, Voleibol de praia, Voleibol sentado e Xadrez.

Cabe ressaltar que modalidades podem ser incluídas ou excluídas em atendimento ao regulamento das competições nacionais, através de determinações do Comitê Olímpico do Brasil e do Comitê Paralímpico Brasileiro. Além disso, poderão ser excluídas modalidades que tiverem um número de inscrições inferior ao mínimo exigido no regulamento específico. Todas as alterações serão emanadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social à entidade.

2.1 Execução da Política Pública

O “Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG” será executado, ao longo dos exercícios 2020 e 2021, conforme as fases abaixo.

Etapa Microrregional
Março a Maio
Etapa Regional
Junho
Etapa Estadual
Julho/Agosto



2.1.1 Período de planejamento da execução

Nos meses anteriores à execução da Etapa Microrregional, a OSCIP parceira deverá:

- Contratar profissionais para o preenchimento das vagas listadas no subitem 5.1 do presente Termo de Referência;
- Fomentar a participação do público alvo, em conjunto com a Subsecretaria de Esportes e Secretaria de Estado de Educação, que consiste na realização de contatos com os representantes municipais visando a inscrição dos municípios;
- Gerenciar o sistema de inscrições online (<http://200.198.49.36/sistema-de-eventos/login>);
- Articular com as cidades sedes das competições, que consiste nas negociações realizadas junto às prefeituras municipais para o recebimento de etapas do JEMG. As cidades sedes serão definidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Educação.
- Elaborar juntamente com a SUBESP e com a SEE o regulamento geral, os regulamentos específicos por modalidade, o sistema de disputa e o projeto de sediamiento do JEMG.
- Planejar, estruturar e executar processos de compras de materiais e serviços necessários para a execução da etapa Microrregional do JEMG.
- Executar as Reuniões Técnicas e vistorias das primeiras execuções da Etapa Microrregional do JEMG. Deverá ser realizada, com 15 (quinze) dias de antecedência ao início das disputas, reunião técnica em cada cidade sede que receberá uma etapa do JEMG, com o objetivo de: (1) vistoriar aos locais de competição, alojamento e sede em que funcionará o Comitê da Organização; (2) confirmação e cancelamento da participação das escolas; (3) executar o chaveamento das competições; e (4) explanar os principais itens do regulamento de cada modalidade, bem como a apresentação de mudanças em relação ao regulamento passado;

2.1.2 Etapa Microrregional

Esta etapa será executada com disputas realizadas de 47 (quarenta e sete) a 56 (cinquenta e seis) cidades sedes, em até oito semanas subsequentes. O número mínimo de 47 (quarenta e sete) execuções se refere ao número de Superintendências Regionais de Ensino – SRE espalhadas pelo Estado de Minas



Gerais, na medida em que são realizadas competições esportivas em cada uma. O número máximo de 56 (cinquenta e seis) execuções está relacionado à necessidade de algumas SREs, devido ao seu grande tamanho geográfico, ser dividida em duas ou três execuções, a fim de reduzir as distâncias entre os municípios participantes e as cidades sedes, fato este vital para a participação do maior número possível de estudantes-atleta. Nesta etapa são disputadas as modalidades de basquete, futsal, handebol, voleibol e xadrez, nos naipes masculino e feminino, nos módulos I e II. O objetivo final da Etapa Microrregional é a classificação das equipes campeãs das disputas para a próxima fase, a Etapa Regional.

Para a execução da Etapa Microrregional a entidade parceira terá como responsabilidades:

- Executar as Reuniões Técnicas e vistorias das demais execuções da Etapa Microrregional do JEMG.
- Planejar e executar a logística de distribuição, e recolhimento quando for o caso, de materiais esportivos, materiais de comunicação, uniformes de coordenação e premiação para todas as sedes de execução;
- Contratar temporariamente, na forma prevista nos regulamentos próprios da entidade, serviços de Coordenador de Execução (um por sede), Assistente de Execução (um por sede) e Delegado de quadra (um por local de competição). O detalhamento para a contratação temporária será apresentado no Anexo V do presente Edital.
- Contratar serviços de alimentação, hospedagem e transporte para os profissionais que atuarem nas execuções.
- Coordenar a execução das competições esportivas das modalidades (basquetebol, futsal, handebol, voleibol e xadrez) confirmadas nas reuniões técnicas em cada cidade sede.
- Elaborar relatórios de execução de cada sede, contendo informações sobre o número de municípios e estudantes-atleta participantes, modalidades disputadas e comentários da equipe de profissionais contratados acerca dos problemas vivenciados e/ou pontos positivos da execução.
- Lançar as súmulas da etapa Microrregional no sistema (<http://200.198.49.36/sistema-de-eventos/login>);



2.1.3 Etapa Regional

Esta etapa será executada com disputas realizadas em 06 (seis) cidades sedes. Participam desta Etapa todas as equipes campeãs das modalidades disputadas na Etapa Microrregional e as equipes das cidades sede da Etapa Regional, conforme agrupamento abaixo:

Regional Vale do Aço	SRE ALMENARA SRE ARAÇUAÍ SRE CARATINGA SRE CORONEL FABRICIANO SRE GOVERNADOR VALADARES SRE GUANHÃES SRE MANHUAÇU SRE NOVA ERA SRE TEÓFILO OTONI	Regional Zona da Mata	SRE BARBACENA SRE CARANGOLA SRE JUIZ DE FORA SRE LEOPOLDINA SRE MURIAÉ SRE PONTE NOVA SRE SÃO JOÃO DEL REI SRE UBÁ
Regional Triângulo	SRE ITUIUTABA SRE MONTE CARMELO SRE PARACATU SRE PATOS DE MINAS SRE PATROCÍNIO SRE UBERABA SRE UBERLÂNDIA SRE UNAÍ	Regional Sul	SRE CAMPO BELO SRE CAXAMBU SRE ITAJUBÁ SRE PASSOS SRE POÇOS DE CALDAS SRE POUSO ALEGRE SRE SÃO SABASTIÃO DO PARAÍSO SRE VARGINHA
Regional Norte	SRE CURVELO SRE DIAMANTINA SRE JANAÚBA SRE JANUÁRIA SRE MONTES CLAROS SRE PIRAPORA	Regional Centro	SRE CONSELHEIRO LAFAIETE SRE DIVINÓPOLIS SRE METROPOLITANA A SRE METROPOLITANA B SRE METROPOLITANA C SRE OURO PRETO SRE PARÁ DE MINAS SRE SETE LAGOAS

Nesta etapa são disputadas as modalidades de basquete, futsal, handebol, voleibol e xadrez, nos naipes masculino e feminino, nos módulos I e II. O objetivo final da Etapa Regional é a classificação das equipes campeãs das disputas para a próxima fase, a Etapa ESTADUAL.

Para a execução da Etapa Regional a entidade parceira terá como responsabilidades:

- Executar as Reuniões Técnicas e vistorias da Etapa Regional.



- Planejar e executar a logística de distribuição, e recolhimento quando for o caso, de materiais esportivos, materiais de comunicação, uniformes de coordenação e premiação para todas as sedes de execução;
- Contratar, temporariamente, na forma prevista nos regulamentos próprios da entidade, serviços de Assistente de Execução (dois por sede) e Delegado de Quadra (um por local de competição). Diferentemente da execução da Etapa Microrregional, a função de Coordenador de Execução, deverá ser desempenhada por um agente técnico integrante do quadro de Recursos Humanos da entidade. Os requisitos para a contratação dos profissionais temporários são apresentados no Anexo V do presente Edital.
- Contratar serviços de alimentação, hospedagem e transporte para os profissionais que atuarem nas execuções.
- Coordenar a execução das competições esportivas das modalidades (basquetebol, futsal, handebol, voleibol e xadrez) confirmadas nas reuniões técnicas em cada cidade sede.
- Elaborar relatórios de execução de cada sede, contendo informações sobre o número de municípios e estudantes-atleta participantes, modalidades disputadas e comentários da equipe de profissionais contratados acerca dos problemas vivenciados e/ou pontos positivos da execução.
- Lançar as súmulas da etapa Regional no sistema (<http://200.198.49.36/sistema-de-eventos/login>);

2.1.4 Etapa Estadual

Esta etapa será executada com disputas em até 02 (duas) cidades-sede, com a participação das equipes campeãs da Etapa Regional, equipes da(s) cidade (s) sede e atletas das modalidades individuais e paradesportivas. São modalidades da Etapa Estadual: Atletismo, Atletismo PCD, Badminton, Basquete, Basquete em cadeiras de rodas, Bocha, Ciclismo, Futsal, Futebol de 5, Futebol de 7, Ginástica artística, Ginástica rítmica (feminino), Goalball, Handebol, Judô, Judô PCD, Luta olímpica, Natação, Natação PCD, Parabdrinton, Taekwondo, Tênis de mesa, Tênis de mesa PCD, Tênis em cadeira de rodas, Voleibol, Voleibol de praia, Voleibol sentado e Xadrez, nos naipes masculino e feminino, nos módulos I e II.



Modalidades podem ser incluídas ou excluídas em atendimento ao regulamento das competições nacionais, bem como pelo nível de inscrições registrados ao final do período reservado para tal.

O objetivo final da Etapa Estadual do JEMG é a classificação das equipes e atletas campeões das disputas para os Jogos Escolares da Juventude – JEJ, organizado pelo Comitê Olímpico do Brasil – COB, e as Paralimpíadas Escolares, organizada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB.

Para a execução da Etapa Estadual a entidade parceria terá como responsabilidades:

- Executar as Reuniões Técnicas da Etapa Estadual.
- Planejar e executar a logística de distribuição, e recolhimento quando for o caso, de materiais esportivos, materiais de comunicação, uniformes de coordenação e premiação para a(s) cidade(s) sede.
- Contratar, temporariamente, na forma prevista nos regulamentos próprios da entidade, serviços de Coordenador de Modalidade (um por modalidade), Assistente de Execução (um por modalidade), Ajudante de Logística (oito colaboradores), Classificador Funcional (dois por modalidade paradesportiva confirmada na reunião técnica) e Delegado de Quadra (um por local de competição). Os requisitos para a contratação dos profissionais temporários são apresentados no Anexo V do presente Edital.
- Contratar serviços de alimentação, hospedagem e transporte para os profissionais que atuarem na etapa.
- Coordenar a execução das modalidades confirmadas na reunião técnica.
- Elaborar relatório de execução, contendo informações sobre o número de municípios e estudantes-atleta participantes, modalidades disputadas e comentários da equipe de profissionais contratados acerca dos problemas vivenciados e/ou pontos positivos da execução.
- Lançar as súmulas da etapa Estadual no sistema (<http://200.198.49.36/sistema-de-eventos/login>);

2.1.5 Período pós Etapa Estadual (Etapa Nacional+ Planejamento do JEMG 2021)

2.1.5.1 Etapa Nacional



No período que sucede a realização da Etapa Estadual do Jogos Escolares de Minas Gerais, a entidade parceira deverá atuar no suporte à participação da delegação do Estado de Minas Gerais nas etapas nacionais, sendo elas:

Jogos Escolares da Juventude

Foi criado pelo Comitê Olímpico do Brasil em 2005, consistindo na maior competição estudantil do Brasil, reúne jovens de 12 a 14 anos (Módulo I) e de 15 a 17 anos (Módulo II), de escolas públicas e privadas de todo o país, em 14 modalidades: Atletismo, Badminton, Basquetebol, Ciclismo, Futsal, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Luta Olímpica, Natação, Taekwondo, Tênis de Mesa, Voleibol, Vôlei de Praia e Xadrez.

Paralimpíadas Escolares

Competição destinada aos alunos do gênero masculino e feminino, com deficiência física, visual e intelectual, entre 12 e 17 anos, que estejam regularmente matriculados e frequentando escolas do Ensino Fundamental, Médio ou Especial, da rede pública ou particular do Estado em que estejam representando, nas seguintes modalidades: Atletismo, Bocha, Basquete em cadeira de Rodas, Futebol de 5, Futebol de 7, Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeira de Rodas e Voleibol Sentado.

A responsabilidade e as despesas com hospedagem, traslados internos nas cidades-sede e alimentação durante os Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares ficam a cargo dos Comitês Organizadores – COB e CPB. Nesse sentido, caberá à entidade parceira:

- Planejar e executar a logística de participação dos estudantes-atleta mineiros nos Jogos Escolares de Juventude e nas Paralimpíadas Escolares: com a execução do traslado, ida e volta, dos atletas de suas cidades para Belo Horizonte (quando for o caso de voo doméstico partindo de Belo Horizonte) e do deslocamento interno na capital mineira;
- Disponibilizar hospedagem dos atletas do interior do estado em Belo Horizonte (quando for o caso de voo partindo de Belo Horizonte);
- Disponibilizar hospedagem para atletas mineiros eliminados nas fases iniciais das disputadas da etapa nacional;



- Adquirir passagens aéreas para estudantes-atleta, técnicos e coordenadores da entidade que comporão a delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares;
- Adquirir passagens terrestres (ida e volta) para estudantes-atleta e técnicos, de suas cidades origem a Belo Horizonte, que sairão do Aeroporto Internacional de Confins para as cidades sede do Jogos Escolares da Juventude e da Paralimpíadas Escolares;
- Adquirir passagens terrestres para as cidades-sede do Jogos Escolares da Juventude e da Paralimpíadas Escolares (quando a passagem terrestre for mais compatível com a distância entre o município origem e a cidade sede)
- Disponibilizar alimentação para os estudantes-atleta e técnicos durante o traslado de sua cidade até o momento de check-in no hotel em que a delegação ficará hospedada;
- Disponibilizar alimentação e água mineral para os estudantes-atleta e técnicos durante a execução das competições (kits a serem distribuídos para usufruto nos intervalos das refeições fornecidas pelos Comitês Organizadores)
- Contratar serviço de lavanderia para a higienização dos uniformes dos membros durante a competição;
- Contratar mão de obra especializada para o atendimento médico/fisioterápico e cobertura jornalística para a delegação de Minas Gerais nas etapas nacionais. Os requisitos para a contratação dos profissionais temporários são apresentados no Anexo VI do presente Edital.

2.5.1.2 – Planejamento JEMG 2021

Nos meses de Novembro e Dezembro, a entidade parceira deverá atuar no planejamento da execução 2021 do “Jogos Escolares de Minas Gerais”, iniciando as tratativas com as prefeituras municipais para:

- Fomentar o sedimento junto aos municípios com infraestrutura necessária para a realização da competição.



- Analisar os Projetos de Sediamento¹ recebidos;
- Reestruturar os regulamentos de acordo com as alterações pactuadas Congresso Técnico, promovido pela Subsecretaria de Estado de Esportes, e novas diretrizes emanadas pelas federações/associações/comitês responsáveis por determinada modalidade.
- Fomentar a participação do público alvo, em conjunto com a Subsecretaria de Esportes e Secretaria de Estado de Educação, contatando representantes municipais para informar sobre os prazos de inscrição dos municípios;

3. JUSTIFICATIVA PARA EXECUÇÃO VIA TERMO DE PARCERIA

A Subsecretaria de Esportes executa a gestão do “Jogos Escolares de Minas Gerais” por meio de Termo de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público desde 2017, a partir do Edital SEESP 01/2016.

O modelo se mostrou extremamente aderente à complexidade da política pública objeto, por se tratar de um evento que exige uma elevada capilaridade de atuação e uma considerável quantidade de pequenas contratações para a realização das etapas Microrregional, Regional e Estadual da competição, bem como a participação da delegação mineira nas etapas Nacionais.

O JEMG é uma política esportiva que envolve mais de 90% (noventa por cento) dos 853 municípios mineiros, com a participação de aproximadamente 40.000 (quarenta mil) estudantes-atleta por ano, com execuções simultâneas em até oito municípios de diferentes regiões do estado de Minas Gerais, durante a etapa Microrregional. Tal nível de serviço, dessa forma, se mostra incompatível com o limitado quadro de recursos humanos da unidade técnica da SUBESP pela referida política, que responde também por demais ações de dimensão estadual, fazendo com que a realização de parceria com entidades do terceiro setor seja necessária para garantir a boa qualidade das execuções. A equipe técnica, nesse formato, fica com a responsabilidade de regular e monitorar o andamento das execuções, sempre primando pela qualidade do gasto e consecução de bons indicadores de desempenho por parte da entidade.

¹ Documento que consiste no projeto de sediamiento das etapas do JEMG, que trata sobre a estrutura e os serviços mínimos a serem garantidos pelos municípios para o recebimento de uma execução da referida política pública.



Cabe ressaltar que a execução dos Jogos Escolares de Minas Gerais- JEMG está prevista nos instrumentos de planejamento de médio e longo prazos do Estados de Minas Gerais, a saber.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) de Minas Gerais, que estabelece as principais diretrizes de longo prazo para atuação do governo estadual, vigência 2016 - 2027, prevê a execução dos Jogos Escolares de Minas Gerais no Eixo 3 – Saúde e Proteção Social, a saber:

“Nosso Estado busca educar pelo esporte e promover a cultura esportiva e da atividade física seguindo o determinado na Política Estadual do Desporto estabelecida pela Lei Estadual nº 20.782, de 19 de julho de 2013.

Ainda dentro da dimensão do Esporte Educacional, o Estado de Minas vem apostando no fortalecimento dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, importante ferramenta de fomento à prática desportiva e diminuição da evasão escolar. Este programa atende aos alunos de todo o Estado, em todas as suas regiões, por meio de uma competição esportiva desenvolvida nos níveis municipal, microrregional, regional e estadual.

A partir do ano de 2012 as modalidades paralímpicas passaram a compor o JEMG. Com este novo formato, alunos-atletas com deficiência passaram a ter o direito de competir representando sua escola e seu município com vistas a representar Minas Gerais nas Paralimpíadas Escolares, competição nacional organizada anualmente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB”.

Já em relação ao Plano Plurianual de Ação Governamental- PPAG vigente (2016-2019), a ação dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) é executada no Programa 178 – Minas Esportiva, o qual tem como objetivo:

“Promover o desenvolvimento do esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento no Estado de Minas Gerais”.

A ação 4551– Desenvolvimento do Esporte Educacional, por sua vez, apresenta a seguinte descrição:

“O desenvolvimento do esporte educacional é promovido mediante duas frentes de atuação na SEESP. A primeira consiste na realização do “Jogos Escolares de Minas Gerais –JEMG”, tratando-se da mais tradicional competição esportiva do estado no âmbito escolar, sendo executado em três etapas (microrregional, regional e estadual) com a disputada de modalidades esportivas coletivas, individuais e para estudantes-atletas com deficiência, em diversos municípios do estado.

A segunda atuação consiste no apoio técnico e/ou financeiro ao aprimoramento do esporte educacional nas escolas, priorizando as instituições de ensino que obtiveram posição de destaque nos Jogos Escolares de Minas Gerais, através do fornecimento de material esportivo e



capacitação dos técnicos / professores de educação física, bem como o incentivo ao intercâmbio técnico. As atividades desta ação são realizadas em parceria com a secretaria de estado de educação, que atua de forma capilarizada através das Superintendências Regionais de Ensino, oferecendo suporte para a execução dos Jogos e ações de fomento nas escolas. ”.

4. OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS DO TERMO DE PARCERIA

4.1 Objeto

O Termo de Parceria, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes, terá por objeto a realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG e o fomento ao desporto e paradesporto escolar.

4.2 Áreas Temáticas do Programa de Trabalho

ÁREA TEMÁTICA 1: ETAPAS MICRORREGIONAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL

Compete a “Área Temática 1: ETAPAS MICRORREGIONAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL” os indicadores referentes às ações finalísticas do Termo de Parceria, que mensuram a magnitude da participação de estudantes-atletas e municípios, a capilaridade dos beneficiários ao longo do estado de Minas Gerais, a capacidade de fomento ao paradesporto escolar e o grau de satisfação dos envolvidos em relação aos serviços prestados pela entidade.

Será avaliado o quantitativo de estudantes-atleta e escolas envolvidas, o número de municípios participantes e sua relação com o quantitativo de inscritos, o percentual de satisfação do público alvo da política pública e os resultados da política de fomento ao paradesporto.

Em relação aos produtos, a entidade deverá trabalhar (1) no estabelecimento de um plano de ação para o exercício, contemplando todas as ações sob sua responsabilidade (2) na reformulação dos regulamentos, geral e específicos das modalidades, para possibilitar o início das competições esportivas, com auxílio da Subsecretaria de Esportes, (3) na elaboração de relatórios de execução das etapas do JEMG e da participação da delegação mineira nas competições escolares nacionais.

ÁREA TEMÁTICA 2: COMUNICAÇÃO

Compete à “Área Temática 2: Comunicação” os indicadores referentes às mídias sociais oficiais dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, à relação com a imprensa local, estadual e nacional, bem como



à comunicação oficial das redes sociais do JEMG. Será avaliado o número de inserções geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos impressos e o quantitativo de seguidores nas redes sociais do JEMG.

Em relação aos produtos, a entidade deverá elaborar um plano de comunicação para o exercício anual, com o estabelecimento do cronograma de ações de comunicação e publicidade a serem realizadas. Ao final do exercício, deverá ser entregue um relatório contendo a avaliação das ações realizadas e os resultados obtidos.

ÁREA TEMÁTICA 3: CAPTAÇÃO DE PARCERIAS

Compete à “*Área Temática 3: Captação de Parcerias*” os indicadores referentes às ações que visem a captação de parceiros, para potencializar e incrementar o escopo do Termo de Parceria. Será avaliada a capacidade da entidade em estabelecer parcerias para a disponibilização de serviços (segurança, saúde, entre outros) e materiais necessários para a execução de competições esportivas (materiais esportivos, premiação, uniformes, entre outros), bem como captar recursos financeiros para novas ações vinculadas ao objeto do instrumento. Dessa forma, os indicadores tratam do número de parcerias firmadas, o número de projetos de captação submetidos, a efetividade dos pleitos e contatos feitos junto a potenciais patrocinadores e o valor efetivamente captado.

Em relação aos produtos, a entidade deverá elaborar um plano de captação para o Termo de Parceria, com o estabelecimento do cronograma de ações e a padronização dos instrumentos a serem pactuados.

5. LIMITES E DIRETRIZES FINANCEIRAS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

O valor estimado a ser repassado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Educação por meio do termo de parceria é de R\$ 7.232.903,26 (Sete milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e três reais e vinte e seis centavos). O valor aqui estimado é correspondente à vigência integral do termo de parceria, de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Poderes do Estado.

Poderão ser constituídas pela entidade sem fins lucrativos vencedora do presente processo de seleção pública, receitas arrecadadas previstas no termo de parceria, conforme disposto no art. 85 do Decreto nº 47.554 de 2018. Para fins do termo de parceria a ser celebrado, estima-se o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) referente às receitas arrecadadas previstas no termo de parceria.



Para o ano de 2019, não há previsão de despesas decorrentes do termo de parceria a ser celebrado a partir do presente Edital. Para os anos de 2020 e subsequentes, as despesas correrão à conta das ações orçamentárias “SEDESE – 4090 – Desenvolvimento do Esporte Educacional” e “SEE- 4297- Desenvolvimento do Ensino Fundamental” conforme Projeto de Lei 1.166/2019, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o quadriênio 2020-2023 e Leis Orçamentárias Anuais a serem publicadas.

Receita	Valor previsto (R\$) por período	
	Mês 1 a Mês12	Mês 13 a Mês 24
Repasse da Subsecretaria de Estado de Esportes	R\$ 3.053.046,12	R\$ 2.854.065,98
Repasse da Secretaria de Estado de Educação	R\$ 662.895,58	R\$ 662.895,58
Receitas arrecadadas previstas no termo de parceria	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
TOTAL POR PERÍODO (R\$)	R\$ 4.115.941,70	R\$ 3.916.961,56
TOTAL NA VIGÊNCIA DO TERMO DE PARCERIA (R\$)	R\$ 8.032.903,26	

5.1. Detalhamento dos cargos previstos para atuar no termo de parceria

Para fins da celebração do termo de parceria, é obrigatória a previsão de equipe mínima composta pelos cargos e respectivos quantitativos listados a seguir. A tabela apresenta, também, a descrição geral das atribuições básicas de cada cargo obrigatório ao termo de parceria bem como a respectiva carga horária semanal.

Cargo	Atribuições básicas	Quantitativo mínimo obrigatório	Experiência exigida	Carga horária semanal (horas)
01	<ul style="list-style-type: none">• Responder pelo resultado e gerenciar todas as áreas da organização.• Atuar em prol do cumprimento das metas a serem alcançadas, motivando a ação conjunta da equipe.• Organizar e acompanhar escalas de trabalho e os processos de contratação de todos os departamentos.• Supervisionar todas as áreas operacionais e delegar as atividades inerentes a cada profissional, fornecendo quaisquer orientações adicionais que se façam necessárias.	1	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44



	<ul style="list-style-type: none">• Gerir e controlar o cronograma geral, garantindo o cumprimento dos prazos e metas, dentro do orçamento previsto.• Identificar e resolver os riscos e problemas do projeto, assegurando que seja entregue o que foi planejado, com a qualidade desejada.			
02	<ul style="list-style-type: none">• Coordenar e responder pela movimentação de materiais entre fornecedores e a entidade, armazenamento, remessas e estoque, bem como propor e conduzir reestruturação logística, visando garantir a integridade do patrimônio.• Promover a distribuição dos equipamentos e materiais referentes ao evento, como bolas, súmulas e materiais de jogo, em toda a área de abrangência.• Planejar a logística de hospedagem, alimentação, transporte e pró-labore para todos os envolvidos nas execuções diretas do JEMG;	1	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44
03	<ul style="list-style-type: none">• Ajudar na execução de tarefas de conferência, armazenamento e separação de materiais, mantendo o estoque organizado e em permanentes condições de acesso e manuseio.• Enviar e receber materiais diversos, bem como organizar e separar os itens para armazenamento;• Exercer a conferência de estoque;• Executar o carregamento e descarregamento dos equipamentos necessários para a execução do JEMG;• Trabalhar diretamente em algumas sedes onde houver necessidade, garantindo a integridade material dos equipamentos necessários à realização do evento.	2	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44
04	<ul style="list-style-type: none">• Coordenar a execução técnica do “Jogos Escolares de Minas Gerais”.• Realizar interface com representantes municipais, coordenadores da arbitragem contratada e técnicos da Subsecretaria de Estado de Esportes;• Coordenar a elaboração dos regulamentos gerais e específicos, bem como dos relatórios técnicos das execuções em cada cidade-sede;• Orientar a atuação da equipe técnica, garantindo a unicidade da informação e o bom fluxo de trabalho.	1	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44



05	<ul style="list-style-type: none">• Gerenciar a execução direta das etapas Microrregionais, Regionais e Estadual do JEMG.• Gerenciar a atuação dos coordenadores e agentes de execução que atuarão in loco nas etapas do JEMG, dentro da sua área de abrangência, prestando assessoria técnica para que a execução do evento seja conforme sua programação prévia.• Atuar no fomento ao paradesporto na região sob sua responsabilidade• Elaborar e publicar boletins técnicos e relatórios das etapas realizadas.• Dar suporte imediato às demandas emanadas por representantes municipais	6	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44
06	<ul style="list-style-type: none">• Atender e orientar clientes internos, externos e fornecedores.• Organizar e controlar agenda da gerência e dos atendimentos das áreas técnicas.• Auxiliar na emissão de correspondências, textos e documentos de sua área, previamente aprovados e de acordo com os padrões pré-estabelecidos.• Auxiliar no levantamento e manutenção de dados e informações de sua área de atuação, seguindo processos e rotinas pré-estabelecidas;• Prestar suporte às questões técnicas;• Realizar pré-atendimentos, esclarecer dúvidas, receber e processar informações relacionadas ao JEMG.	2	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44
07	<ul style="list-style-type: none">• Controlar os recursos disponíveis, para que o projeto não exceda as previsões financeiras e o tempo de execução;• Planejar e executar a contratação dos serviços e materiais necessários para a execução do Termo de Parceria;• Elaborar relatórios relacionados às atividades do setor administrativo-financeiro;• Executar a prestação de contas das despesas realizadas;• Elaborar editais de contratação de pessoal, aquisições e contratos, acompanhando os processos de compra e contratações, conforme solicitado pelos diversos setores;• Elaborar e controlar demonstrativos, planilhas financeiras e de custos, mantendo os demais setores envolvidos na execução do Termo de Parceria informados sobre a gestão	1	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44



	financeira.			
08	<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar no desempenho das funções administrativas;• Executar atividades de rotina de processos, preenchendo formulários, providenciando pagamentos e desenvolvendo atividades afins;• Auxiliar na articulação de relacionamentos institucionais com bancos, fornecedores e demais parceiros; analisar os setores de compras, contabilidade, controle de pessoal e caixa;	1	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44
09	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar informativos e atuar na captação de imagens e vídeos;• Elaborar relatórios das atividades de comunicação;• Assegurar a consecução dos objetivos da parceria em termos de comunicação com a sociedade.• Planejar, gerenciar e desenvolver ações com uso de peças gráficas, definindo seu conteúdo e público-alvo, visando a divulgação das etapas do JEMG e mensagens institucionais do Governo do Estado de Minas Gerais, de forma eficaz.• Planejar e supervisionar os trabalhos que envolvam comunicação visual, tais como banners e placas.• Executar comunicados oficiais da competição, sempre em alinhamento às diretrizes emanadas pela SUBESP.• Gerenciar as redes sociais do JEMG	1	Seis meses no exercício de funções semelhantes	44

É obrigatória a previsão destes cargos na Memória de Cálculo do Termo de Parceria a ser celebrado pela entidade sem fins lucrativos.

5.2. Gastos com Pessoal

O dimensionamento dos gastos com pessoal será proposto pela entidade sem fins lucrativos vencedora do processo de seleção pública no momento da celebração do termo de parceria quando deverá apresentar os valores de bolsa estágio, salários, encargos e benefícios.

Para cada cargo, deverá ser calculado o valor dos respectivos encargos trabalhistas (para cada encargo, deverá ser demonstrada e calculada a alíquota e a base normativa e legal) e benefícios trabalhistas (para cada benefício, deverá ser demonstrado o fator de cálculo unitário).



Em comum acordo com a SEDESE, deverão ser definidos os valores parciais e global dos gastos com pessoal planejados para o termo de parceria.

A entidade PROPONENTE deve estar ciente de que o dimensionamento dos gastos com pessoal proposto deverá estar de acordo com as legislações aplicáveis às relações de estágio e de trabalho, bem como a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT da categoria a qual está vinculada, com valores salariais compatíveis aos praticados no mercado na região e de acordo com o perfil apresentado para cada cargo previsto para atuar no termo de parceria.

5.3. Gastos Gerais

No momento da celebração do termo de parceria, a SEDESE e a entidade sem fins lucrativos vencedora do processo de seleção pública deverão prever os Gastos Gerais planejados para execução do instrumento jurídico. Estarão contempladas nesta categoria despesas relativas às atividades finalísticas, ligadas diretamente ao objeto do termo de parceria, e despesas típicas de área meio.

As atividades finalísticas dialogam diretamente com as “Áreas temáticas” previstas no programa de trabalho do termo de parceria a ser celebrado, oriundo do presente processo de seleção pública. As “áreas temáticas” estão descritas no item 4 deste ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

A seguir estão detalhadas as Atividades a serem realizadas na execução do programa de trabalho do termo de parceria, relacionando-as ao perfil dos gastos planejados.

1. Etapa Microrregional

Essa atividade foi criada com o intuito de consolidar e monitorar todos os gastos realizados diretamente para a execução da etapa microrregional, tais como a aquisição de materiais esportivos, premiação e uniformes de coordenação, bem como contratação de serviços de mão de obra terceirizada, hospedagem, alimentação, transporte, frete e carretos, entre outros.

2. Etapa Regional

Essa atividade foi criada com o intuito de consolidar e monitorar todos os gastos realizados diretamente para a execução da etapa regional, tais como a aquisição de materiais esportivos, premiação e uniformes de coordenação, bem como contratação de serviços de mão de obra terceirizada, hospedagem, alimentação, transporte, frete e carretos, entre outros.



3. Etapa Estadual

Essa atividade foi criada com o intuito de consolidar e monitorar todos os gastos realizados diretamente para a execução da etapa estadual, tais como a aquisição de materiais esportivos, premiação e uniformes de coordenação, bem como contratação de serviços de mão de obra terceirizada, hospedagem, alimentação, transporte, frete e carretos, entre outros.

4. Etapa Nacional

Essa atividade foi criada com o intuito de consolidar e monitorar todos os gastos realizados diretamente para a execução logística para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude e Paralímpiadas Escolares, tais como a aquisição de passagens aéreas e terrestres, alimentação e hospedagem durante o traslado Belo Horizonte – cidade natal dos estudantes atleta, contratação de serviços de mão de obra terceirizada, entre outros.

5. Comunicação

Essa atividade foi criada com o intuito de consolidar e monitorar todas as despesas ligadas à publicidade e comunicação oficial do JEMG, tais como o gerenciamento das redes sociais, produção de matérias e peças gráficas digitais e a contratação de serviços de filmagem e registro fotográfico.

6. Área meio – Atividades e Gastos

As despesas típicas de área meio referem-se a todo serviço ou custo necessário para a execução do objeto do termo de parceria, mas que não possui relação direta com as atividades finalísticas e objetivos principais, previstos no Programa de Trabalho do instrumento jurídico. É o caso, por exemplo, de serviços administrativos, tais como Aluguel; Condomínio; IPTU; Energia Elétrica; Água e Esgoto; Serviços de Internet (Web Design, Hospedagem de Site, outros); Assessoria Contábil; Assessoria Jurídica; Auditoria Externa; Manutenção e Reparos em Redes e Computadores; Serviços de Instalação e Manutenção Elétrica e Hidráulica; Manutenção e Reparos em Ar Condicionado; Locação de Equipamentos e Máquinas; Serviços de Manutenção em Equipamentos e Máquinas; Serviços de Motoboy; Serviços de Segurança; Despesas Bancárias; Material de Limpeza; Material de Copa e Cozinha; Material de Escritório; entre outros.

5.4. Aquisição de bens permanentes



No momento da celebração do termo de parceria, a SEDESE e a entidade sem fins lucrativos vencedora do processo de seleção pública deverão prever os bens permanentes para serem adquiridos para fins da execução do objeto do ajuste.

Esta categoria de gasto engloba a previsão para aquisição de bens necessários para a execução do termo de parceria, tais como Máquinas e Aparelhos; Equipamentos de Comunicação e Telefonia; Equipamentos de Informática; Equipamentos de Som, Vídeo, Fotográfico e Cinematográfico; Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos de Uso Administrativo; Material Esportivo e Recreativo; Mobiliário; Equipamentos de Segurança Eletrônica; Material Didático; entre outros Materiais Permanentes.



ANEXO II - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Quadro Geral de Critérios					
Nº	Item	Peso (%)	Nº	Critério	Pontuação Máxima
1	Experiência da proponente	-	1.1	Gestão eficiente de recursos	Classificatório
		15%	1.2	Quantidade de experiência comprovada na execução de atividades na área de fomento do esporte amador	10
		15%	1.3	Quantidade de experiência comprovada na execução de atividades em parceria com o Poder Público	10
		10%	1.4	Experiência comprovada na execução de eventos esportivos conforme o número de participantes	10
		15%	1.5	Experiência comprovada na execução de eventos simultâneos em diferentes municípios	10
		15%	1.6	Quantidade de experiência comprovada na realização de eventos paradesportivos	10
		10%	1.7	Tempo de experiência comprovada na execução de atividades em parceria com o Poder Público	10
		10%	1.8	Tempo de experiência comprovada na execução de atividades na área de fomento do esporte amador	10
		10%	1.9	Experiência comprovada em arrecadação de recursos	10

Cálculo da Nota Final:

A nota total final (NF) será calculada a partir da fórmula: $(\sum \text{pontuação obtida em cada critério} \times \text{peso do respectivo critério}) / \sum \text{pesos dos critérios}$

Critérios de desempate:

Em caso de empate entre duas ou mais PROPONENTES, será utilizado como critério de desempate a maior pontuação obtida no critério 1.2, "Quantidade de experiência comprovada na execução de atividades na área de fomento do esporte amador", do Quadro Geral de Critérios, apresentado acima. Persistindo o empate, será considerada vencedora a proponente que obtiver maior pontuação no



critério 1.5, “Experiência comprovada na execução de eventos simultâneos em diferentes municípios”, do Quadro Geral de Critérios. Persistindo o empate novamente, será utilizado como último critério de desempate o critério 1.6, “Quantidade de experiência comprovada na realização de eventos paradesportivos”, do Quadro Geral de Critérios, sendo considerada vencedora a proponente que obtiver maior pontuação neste critério.

1 EXPERIÊNCIA DA PROPONENTE

Como disposto no item 7. FORMA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS deste edital, no processo de anexação dos documentos no SEI, a proponente preencherá eletronicamente o “Formulário de envio de proposta”. Neste formulário, a proponente deverá indicar quais documentos se referem a cada critério descrito nos itens 1.1 a 1.9 do Quadro Geral de Critérios. Para fins de pontuação, a descrição dos critérios, a seguir, especifica a possibilidade ou não de um mesmo documento ser usado para comprovar o atendimento a mais de um dos critérios, hipótese que deverá ser devidamente indicada no quadro.

1.1. Gestão Eficiente de Recursos

A comissão julgadora, de posse do Balanço Patrimonial do ano de 2018 da entidade (alínea b1 do item 3 - DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS), deverá aplicar este critério, que avaliará a situação financeira da entidade proponente por meio do Índice de Liquidez Corrente. Esse índice corresponde ao cálculo da razão entre ativo circulante e passivo circulante. Pretende-se relacionar quanto a entidade possui disponível e quanto ela pode converter para pagar suas dívidas a curto prazo.

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Caso o Índice de Liquidez Corrente, no ano de 2018, apresente o resultado inferior a 1, a PROPONENTE será desclassificada.

O documento apresentado pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.



1.2. Quantidade de experiência comprovada na execução de atividades na área de fomento do esporte amador.

Para este critério, a PROPONENTE deverá comprovar a quantidade de experiência em execução de atividades na área de fomento do esporte amador, para demonstrar o número e a variedade de sua experiência.

Para comprovação da quantidade de experiência da PROPONENTE, serão aceitos instrumentos jurídicos **de objetos diferentes**, independente dos prazos de vigência, firmados entre a PROPONENTE e outras entidades **públicas** ou **privadas**. Considera-se como instrumento jurídico cada instrumento ou aditivos ao instrumento originário. Caso seja apresentado instrumento jurídico originário acompanhado de termo aditivo, este último não será pontuado. Ressalta-se que a execução de um mesmo objeto em diferentes edições não será considerada como objeto diferente, para fins de pontuação no presente critério.

Os instrumentos jurídicos originários, bem como seus termos aditivos apresentados pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério, **NÃO** poderão ser utilizados também para a comprovação de atendimento aos critérios 1.3 e 1.7.

A Comissão Julgadora deverá atribuir 02 (dois) pontos para cada instrumento jurídico apresentado, conforme descrito neste critério, limitado à nota máxima de 10 (dez) pontos. Serão aceitos instrumentos jurídicos celebrados nos últimos 10 (dez) anos, contados da data de publicação deste Edital.

Cada instrumento jurídico deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.

1.3. Quantidade de experiência comprovada na execução de atividades em parceria com o Poder Público.

Para este critério, a PROPONENTE deverá comprovar a quantidade de experiência em execução de atividades em parceria com o poder público nas esferas municipal, estadual ou federal, independentemente de sua área de atuação.

Para comprovação da quantidade de experiência da PROPONENTE, serão aceitos termos de parceria, contratos de gestão, convênios, acordos de cooperação técnica, termos de fomento e termos de



cooperação que tenham **objetos diferentes**, independente dos prazos de vigência. Considera-se como instrumento jurídico cada instrumento ou aditivos ao instrumento originário. Caso seja apresentado instrumento jurídico originário acompanhado de termo aditivo, este último não será pontuado. Ressalta-se, ainda, que a execução de um mesmo objeto em diferentes edições não será considerada como objeto diferente, para fins de pontuação no presente critério.

Os instrumentos jurídicos originários, bem como seus termos aditivos, apresentados pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério NÃO poderão ser utilizados também para a comprovação de atendimento aos critérios 1.2 e 1.8.

A Comissão Julgadora deverá atribuir 02 (dois) pontos para cada instrumento jurídico apresentado, conforme descrito neste critério, limitado à nota máxima de 10 (dez) pontos. Serão aceitos instrumentos jurídicos celebrados nos últimos 10 (dez) anos, contados da data de publicação deste Edital.

Cada instrumento jurídico deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.

1.4. Experiência comprovada na execução de eventos esportivos conforme o número de participantes

Para este critério, a PROPONENTE deverá comprovar a experiência na realização de eventos esportivos de acordo com o número de participantes. Assim, para fim de pontuação, será considerado o quantitativo de atletas participantes no evento.

Será considerado **evento esportivo** a competição esportiva de duração determinada, que respeita regras estabelecidas e que é praticada com finalidade recreativa, profissional ou como um meio de melhorar a saúde.

O número de participantes será contabilizado considerando que o mesmo indivíduo poderá ser contabilizado mais de uma vez, desde que participe em outra modalidade ou em diferentes fases de uma mesma competição.

Para comprovação do número de participantes no evento apresentado pela PROPONENTE, serão aceitos instrumentos jurídicos de objetos diferentes, independente dos prazos de vigência, firmados entre a PROPONENTE e outras entidades públicas ou privadas, desde que acompanhados de declaração que conste o número de participantes do evento emitida pelo signatário do instrumento jurídico correspondente. Caso seja apresentado instrumento jurídico sem a declaração de público do evento



esportivo ou caso seja apresentada a declaração sem o instrumento jurídico, não será atribuída nota a nenhum deles.

Considera-se como instrumento jurídico cada instrumento ou aditivos ao instrumento originário. Caso seja apresentado instrumento jurídico originário acompanhado de termo aditivo, este último não será pontuado.

Caso seja comprovada a realização de mais de um evento por meio do mesmo instrumento jurídico, será considerado neste critério aquele evento que englobar o maior número de participantes.

O instrumento jurídico originário, bem como seus termos aditivos, apresentado pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério poderá ser utilizado também para a comprovação de atendimento aos demais critérios.

A Comissão Julgadora, então, analisará a experiência da entidade por meio do número de participantes alcançado durante a realização de um evento esportivo nos últimos 10 (dez) anos, contados da data de publicação deste Edital, com a seguinte metodologia de pontuação:

Número de participantes do evento esportivo apresentado	Pontos atribuídos
0 a 499 participantes	2
500 a 999 participantes	4
1.000 a 1.499 participantes	6
1.500 a 1.999 participantes	8
Superior a 2.000 participantes	10

O instrumento jurídico apresentado pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.

1.5. Experiência comprovada na execução de eventos simultâneos em diferentes municípios

Para este critério, a PROPONENTE deverá comprovar a experiência na realização de eventos esportivos realizados na mesma data e em mais de um município sede.



Para comprovação da data dos eventos e do número de municípios de sua realização, serão aceitos instrumentos jurídicos, independente dos prazos de vigência, firmados entre a PROPONENTE e outras entidades públicas ou privadas, desde que acompanhados de declaração que conste a data dos eventos e número de municípios emitida pelo signatário do instrumento jurídico correspondente. Caso seja apresentado instrumento jurídico sem a declaração da data dos eventos e número de municípios envolvidos ou caso seja apresentada a declaração sem o instrumento jurídico, não será atribuída nota a nenhum deles.

Será considerado **evento esportivo** a competição esportiva de duração determinada, que respeita regras estabelecidas e que é praticada com finalidade recreativa, profissional ou como um meio de melhorar a saúde.

Considera-se como instrumento jurídico cada instrumento ou aditivos ao instrumento originário. Caso seja apresentado instrumento jurídico originário acompanhado de termo aditivo, este último não será pontuado.

O instrumento jurídico originário, bem como seus termos aditivos, apresentado pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério poderá ser utilizado também para a comprovação de atendimento aos demais critérios.

A entidade pontuará de acordo com o número de cidades em que houver a comprovação da execução de eventos simultâneos na mesma data ou período. Caso seja comprovada mais de uma execução simultânea em um mesmo instrumento, será considerada a data que englobar o maior número de cidades-sede envolvidas, com a seguinte metodologia de pontuação:

Número de cidades em que as competições foram realizadas simultaneamente	Pontos atribuídos
2 cidades	3
3 cidades	6
4 cidades	8
5 cidades	10



O instrumento jurídico apresentado pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.

1.6 Quantidade de experiência comprovada na realização de eventos paradesportivos

Para este critério, a PROPONENTE deverá comprovar a quantidade de experiência em realização de eventos paradesportivos nos últimos 10 (dez) anos.

Será considerado **evento paradesportivo** a competição desportiva de duração determinada, voltada para pessoas com deficiência, que respeita regras estabelecidas e que é praticada com finalidade recreativa, profissional ou como um meio de melhorar a saúde. Para que o evento apresentado seja válido, a entidade deverá comprovar a realização de competição desportiva com, ao menos, uma modalidade paradesportiva em seu escopo.

Para comprovação da quantidade de experiência da PROPONENTE, serão aceitos instrumentos jurídicos de **objetos diferentes**, independente dos prazos de vigência, firmados entre a PROPONENTE e outras entidades **públicas** ou **privadas**. Considera-se como instrumento jurídico cada instrumento ou aditivos ao instrumento originário. Caso seja apresentado instrumento jurídico originário acompanhado de termo aditivo, este último não será pontuado. Ressalta-se que a execução de um mesmo objeto em diferentes edições não será considerada como objeto diferente, para fins de pontuação no presente critério.

O instrumento jurídico originário, bem como seus termos aditivos, apresentado pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério poderá ser utilizado também para a comprovação de atendimento aos demais critérios.

A Comissão Julgadora deverá atribuir 02 (dois) pontos para cada instrumento jurídico apresentado, conforme descrito neste critério, limitado à nota máxima de 10 (dez) pontos. Serão aceitos instrumentos jurídicos celebrados nos últimos 10 (dez) anos, contados da data de publicação deste Edital.

Cada instrumento jurídico deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.



1.7. Tempo de experiência comprovada na execução de atividades em parceria com o Poder Público

Para este critério, a PROPONENTE deverá comprovar a quantidade de experiência em execução de atividades em parceria com o poder público nas esferas municipal, estadual ou federal, para demonstrar a continuidade na execução, independentemente de sua área de atuação.

Para comprovação do tempo de experiência, serão aceitos termos de parceria, contratos de gestão, convênios, acordos de cooperação técnica, termos de fomento e termos de cooperação. Poderão ser apresentados diferentes instrumentos jurídicos originários com seus aditivos, independente dos prazos de vigência.

A Comissão Julgadora deverá atribuir 02 (dois) pontos para cada ano civil em que ocorreu execução, mesmo que esta não tenha ocorrido de forma ininterrupta, limitado à nota máxima de 10 (dez) pontos. Serão aceitos instrumentos jurídicos celebrados nos últimos 10 (dez) anos, contados da data de publicação deste Edital.

Os instrumentos jurídicos originários, bem como seus termos aditivos, apresentados pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério, bem como seus termos aditivos, NÃO poderão ser utilizados para a comprovação de atendimento ao critério 1.2 ou 1.8.

Cada instrumento jurídico deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.

1.8. Tempo de experiência comprovada na execução de atividades na área de fomento do esporte amador.

Para este critério, a PROPONENTE deverá comprovar tempo de experiência na execução de atividades na área de fomento do esporte amador.

Para comprovação do tempo de experiência, serão apresentados diferentes instrumentos jurídicos originários com seus aditivos, independente dos prazos de vigência, firmados com entidades públicas ou privadas.

Os instrumentos jurídicos originários, bem como seus termos aditivos apresentados pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério, NÃO poderão ser utilizados para a comprovação de atendimento ao critério 1.3 ou 1.7.



A Comissão Julgadora deverá atribuir 02 (dois) pontos para cada ano civil em que ocorreu execução, mesmo que esta não tenha ocorrido de forma ininterrupta, limitado à nota máxima de 10 (dez) pontos. Serão aceitos instrumentos jurídicos celebrados nos últimos 10 (dez) anos, contados da data de publicação deste Edital.

Cada instrumento jurídico deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.

1.9. Experiência comprovada em arrecadação de recursos

A captação de recursos é uma das premissas para execução do termo de parceria, conforme previsto no item 05 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Portanto, esse critério visa avaliar a experiência da PROPONENTE quanto à sua capacidade de arrecadar recursos de fontes distintas do repasse do tesouro estadual por meio do termo de parceria, em montante compatível com o previsto no termo de parceria objeto dessa seleção pública.

A PROPONENTE deverá comprovar a captação de recursos por meio de Leis de Incentivo ao Esporte (federal, estaduais ou municipais), contratos de patrocínios ou doações financeiras não incentivadas ou de materiais esportivos oriundos de pessoa física ou jurídica.

Para comprovação, devem ser apresentados instrumentos jurídicos originários com seus termos aditivos, independente dos prazos de vigência, que demonstrem a pactuação de responsabilidade entre as partes ou de obrigação da entidade em captar recursos nas modalidades citadas. Considera-se como instrumento jurídico cada instrumento ou aditivos ao instrumento originário.

Para a comprovação de arrecadação por meio de doações de materiais esportivos, o instrumento jurídico deverá conter o valor monetário correspondente ao quantitativo de materiais doados.

O instrumento jurídico originário, bem como seus termos aditivos, apresentado pela PROPONENTE para comprovar o atendimento a este critério poderá ser utilizado também para a comprovação de atendimento aos demais critérios.

A Comissão Julgadora deverá atribuir 02 (dois) pontos para cada R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) correspondente à arrecadação de recursos pela entidade, comprovados conforme indicação nos documentos comprobatórios, tendo por limite a nota máxima de 10 (dez) pontos. Serão aceitos



instrumentos jurídicos celebrados nos últimos 10 (dez) anos, contados da data de publicação deste Edital.

Cada instrumento jurídico deve estar indicado no “Formulário de envio de proposta” e atender aos requisitos do item “3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS” deste edital.



ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA

EVENTO	DATA PREVISTA
Data da publicação do extrato deste Edital no Diário Oficial dos Poderes do Estado	13/11/2019
Data da Sessão de Esclarecimentos, com os interessados em participar do processo de seleção pública	21/11/2019
Prazo para pedido de esclarecimentos	14/11/2019 a 02/12/2019
Prazo para pedido de impugnações	14/11/2019 a 02/12/2019
Prazo para publicidade do Edital	14/11/2019 a 05/12/2019
Prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos	06/12/2019 a 12/12/2019
Prazo para a comissão julgadora analisar e julgar as propostas	13/12/2019 a 30/12/2019
Prazo para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social divulgar, no sítio eletrônico, a ata elaborada pela comissão julgadora.	02/01/2020
Prazo para interposição de recursos	03/01/2020 a 09/01/2020
Prazo para o dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social analisar e decidir sobre os recursos	10/01/2020 a 16/01/2020
Prazo para homologação do resultado do processo de seleção pública	17/01/2020*
Prazo para publicação da convocação da entidade vencedora do processo de seleção pública	20/01/2020*
Prazo para comparecimento da entidade sem fins lucrativos convocada	22/01/2020*
Prazo para a entidade vencedora do processo de seleção pública requerer a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, no caso de a entidade ainda não possuir o título	5 (cinco) dias úteis após a convocação da entidade sem fins lucrativos vencedora
Data prevista para celebração do termo de parceria	05/02/2020*

Nota: * A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, pode realizar a homologação do resultado do processo de seleção pública, publicação da convocação da entidade vencedora e celebração do termo de parceria até o encerramento da validade desse processo de seleção pública, conforme prazo previsto no item 2.9 deste Edital.



ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE PARCERIA E SEUS ANEXOS

TERMO DE PARCERIA Nº XX/2020

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E O(A) NOME DA OSCIP, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, doravante denominado ÓRGÃO ESTATAL PARCEIRO (OEP), CNPJ nº número do CNPJ, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 – 14º andar, Edifício Minas, bairro Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Subsecretário de Esportes, José Francisco Filho, brasileiro, casado, portador da CI nº MG 1.121.887/PCMG e do CPF nº 249.435.506-7, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, e o(a) nome da Oscip, doravante denominada Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CGC/CNPJ nº número do CNPJ, conforme qualificação publicada no Diário Oficial dos Poderes do Estado de dia/mês/ano, com sede na endereço completo da Oscip (rua, número, complemento, bairro, município, UF), neste ato representada na forma de seu estatuto pelo seu/sua cargo do dirigente máximo (ex.: Presidente), nome do dirigente máximo, nacionalidade, estado civil, portador da CI nº número da identidade – órgão expedidor/Estado e do CPF nº número do CPF, residente e domiciliado em município/UF, com interveniência da Secretaria de Estado de Educação, doravante denominado ÓRGÃO ESTATAL INTERVENIENTE (OEI), com sede na Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 – 8º andar, Edifício Minas, bairro Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por sua dirigente máximo, Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, brasileira, solteira, portador da CI nº 0600559-8/PCRJ e do CPF nº 016.833.347-36, residente e domiciliada em Belo Horizonte/Minas Gerais, com fundamento na legislação vigente, em especial na Lei Estadual nº 23.081, de 10 de agosto de 2018 e no Decreto Estadual nº 47.554, de 07 de dezembro de 2018, e demais instrumentos normativos e alterações, resolvem firmar o presente termo de parceria, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de parceria, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes, tem por objeto a realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG e o fomento ao desporto e paradesporto escolar.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPOSIÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

2.1. Constituem partes integrantes e inseparáveis deste termo de parceria:



- 2.1.1.** Anexo I – Concepção da Política Pública;
- 2.1.2.** Anexo II – Programa de Trabalho;
- 2.1.3.** Anexo III – Da Sistemática de Avaliação do Termo de Parceria;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente termo de parceria vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Poderes do Estado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS POSSIBILIDADES DE ALTERAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

4.1. O termo de parceria vigente poderá ser aditado, por acordo entre as partes, mediante a celebração de termo aditivo, salvo quanto ao seu objeto, nas seguintes hipóteses:

4.1.1. para alterações de ações, metas e da previsão das receitas e despesas ao longo da vigência do termo de parceria, devido a fato superveniente modificativo das condições inicialmente definidas, considerando a utilização de saldo remanescente, quando houver;

4.1.2. para prorrogação da vigência para cumprimento do objeto inicialmente pactuado, considerando a utilização de saldo remanescente, quando houver.

4.2. A vigência do termo de parceria, incluindo seus aditivos, não poderá ser superior a cinco anos.

4.3. A celebração de termo aditivo ao termo de parceria deverá ser precedida de apresentação de justificativa pelo OEP, em que, dentre outros motivos, deve ser demonstrada em qual ou quais hipóteses previstas nos incisos do art. 58 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018, o aditamento está enquadrado.

4.4. A alteração de dotação orçamentária e a como correção de erros formais do termo de parceria poderão ser realizadas por meio de termo de apostila que deverá ser assinado pelo dirigente máximo do OEP, disponibilizado no sítio eletrônico do OEP e da Oscip e apensado à documentação do termo de parceria e de seus aditivos.

4.5. O presente termo de parceria poderá ser alterado por meio de termo de alteração simples, desde que não implique em modificação de valor, nas seguintes hipóteses:

4.5.1. modificações do quantitativo de metas dos indicadores descritos do Anexo II deste termo;

4.5.2. modificações de prazos para os produtos descritos no Anexo II deste termo.

4.6. O termo de alteração simples será precedido de justificativa da Oscip e de parecer técnico elaborado pela comissão supervisora.

4.7. O termo de alteração simples deverá ser assinado pelo OEP e Oscip, disponibilizado no sítio eletrônico do OEP e da Oscip e encaminhado para os membros da comissão de avaliação, sendo dispensada a publicação de extrato no Diário Oficial dos Poderes do Estado.

4.8. A Oscip poderá, sem prévia celebração de termo aditivo ou termo de alteração simples, realizar o remanejamento de valores entre as subcategorias e categorias previstas na memória de cálculo durante a execução do termo de parceria, exceto para os gastos de pessoal.

4.9. A Oscip somente poderá efetuar quaisquer alterações dentre os gastos de pessoal caso o valor global planejado para esta categoria não sofra acréscimo, devendo encaminhar ao OEP as demonstrações necessárias.



5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR TOTAL, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. Para a implementação do Programa de Trabalho, constante no Anexo II deste termo de parceria, foi estimado o valor de R\$ 7.232.903,26 (Sete milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e três reais e vinte e seis centavos), a serem repassados conforme o cronograma de desembolsos, e de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) relativos às receitas arrecadadas previstas no Termo de Parceria.

Valor (R\$)	Dotação Orçamentária / Fonte
R\$ 5.907.112,10	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
R\$ 1.325.791,16	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
R\$ 800.000,00	Receitas arrecadadas previstas no Termo de Parceria

5.2. Havendo saldo remanescente de repasses financeiros anteriores, o mesmo poderá ser subtraído do repasse subsequente previsto no Cronograma de Desembolsos constante no Programa de Trabalho, garantindo-se que será disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do termo de parceria.

5.3. Não será computado como saldo remanescente o que corresponder a compromissos já assumidos pela Oscip para atingir os objetivos do termo de parceria, inclusive os recursos referentes às provisões trabalhistas.

5.4. À exceção das receitas previstas no § 7º do art. 85 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018, todas as receitas arrecadadas pela Oscip previstas no termo de parceria serão obrigatoriamente aplicadas na execução do objeto do instrumento jurídico, devendo constar das prestações de contas anuais e de extinção.

5.5. As receitas arrecadadas pela Oscip, previstas no termo de parceria, que excederem às metas pactuadas deverão ser revertidas ao cumprimento do objeto social da entidade sem fins lucrativos, desde que aprovado previamente pelo OEP e pela SEPLAG.

5.6. Fica autorizada a realização de pagamento em cheque nominativo, ordem bancária ou outra forma de pagamento que não se enquadre nas regras dos §§ 2º e 3º do art. 83 do Decreto nº 47.554, de 2018, sendo necessária a previsão nos regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas da Oscip.

5.7. Caso haja a necessidade de realização de quaisquer despesas com consultorias ou assessorias externas não previstas no termo de parceria, as mesmas devem estar relacionadas ao objeto do instrumento jurídico e serem aprovadas prévia e formalmente pelo dirigente máximo do OEP.

5.8. É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos vinculados ao termo de parceria para finalidades diversas ao seu objeto, mesmo que em caráter de urgência, a título de:

5.8.1. taxa de administração, de gerência ou similar;

5.8.2. vantagem pecuniária a agentes públicos;

5.8.3. consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a agente público que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da administração pública estadual;



5.8.4. publicidade em que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, principalmente de autoridades, servidores públicos, dirigentes e trabalhadores da Oscip, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

6.1. São responsabilidades do **ÓRGÃO ESTATAL PARCEIRO – OEP**, além das demais previstas neste termo de parceria, na Lei Estadual nº 23.081, de 2018, e no Decreto Estadual nº 47.554, de 2018:

6.1.1. elaborar e conduzir a execução da política pública executada por meio do termo de parceria;

6.1.2. acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do termo de parceria, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos a ele vinculados;

6.1.3. prestar o apoio necessário e indispensável à Oscip para que seja alcançado o objeto do termo de parceria em toda sua extensão e no tempo devido;

6.1.4. repassar à Oscip os recursos financeiros previstos para a execução do termo de parceria de acordo com o cronograma de desembolsos previsto no Anexo II deste termo;

6.1.5. analisar as prestações de contas anual e de extinção apresentadas pela Oscip;

6.1.6. disponibilizar, em seu sítio eletrônico, na íntegra, o termo de parceria e seus respectivos aditivos, memória de cálculo, relatórios gerenciais de resultados, relatórios gerenciais financeiros, relatórios de monitoramento e relatórios de avaliação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da assinatura dos referidos documentos;

6.1.7. comunicar tempestivamente à Oscip todas as orientações e recomendações efetuadas pela Controladoria-Geral do Estado - CGE e pela SEPLAG, bem como acompanhar e supervisionar as implementações necessárias no prazo devido;

6.1.8. fundamentar a legalidade e conveniência do aditamento do termo de parceria;

6.1.9. zelar pela boa execução dos recursos vinculados ao termo de parceria, observando sempre sua vinculação ao objeto;

6.1.10. analisar, aprovar e encaminhar para aprovação pela SEPLAG, anteriormente à liberação da primeira parcela de recursos do termo de parceria, regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas;

6.1.11. elaborar juntamente com a OEI e com a OSCIP o regulamento geral, os regulamentos específicos por modalidade, o sistema de disputa e o projeto de sedimento do JEMG;

6.1.12. fomentar, juntamente com a OSCIP e a OEI, a participação do público alvo, quando necessário;

6.1.13. gerenciar, juntamente com a OSCIP, o sistema de inscrições, quando necessário;

6.1.14. articular, juntamente com a OSCIP e a OEI, com as cidades sedes das competições, quando necessário;

6.1.15. monitorar o lançamento das súmulas dos jogos/lutas/provas por amostragem, de forma a atestar os números apresentados nos Relatórios das etapas;

6.2. São responsabilidades do **ÓRGÃO ESTATAL INTERVENIENTE - OEI**, além das demais previstas neste termo de parceria, na Lei Estadual nº 23.081, de 2018, e no Decreto Estadual nº 47.554, de 2018:



- 6.2.1.** colaborar com o OEP no desenvolvimento das ações necessárias à plena execução do objeto do termo de parceria;
- 6.2.2.** indicar ao OEP um representante para compor a comissão de avaliação do termo de parceria, de que trata o art. 32 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018;
- 6.2.3.** zelar pela boa execução dos recursos vinculados ao termo de parceria, observando sempre sua vinculação ao objeto;
- 6.2.4.** elaborar juntamente com a OEP e com a OSCIP o regulamento geral, os regulamentos específicos por modalidade, o sistema de disputa e o projeto de sedimento do JEMG;
- 6.2.5.** arcar com despesas, tais como diárias e deslocamentos, dos servidores da OEI, quando necessário;
- 6.2.6.** fornecer à OSCIP as informações das escolas do Estado para o desenvolvimento das ações do Programa de Trabalho e fomentar institucionalmente, junto ao diretores escolares e às Superintendências Regionais de Ensino-SRE, as ações do Termo de Parceria;
- 6.2.7.** disponibilizar as instalações das escolas estaduais, conjuntamente com o município sede, que serão utilizadas como alojamentos dos estudantes nas sedes do JEMG, adequando o calendário escolar ao calendário dos Jogos;
- 6.2.8.** acompanhar vistorias das sedes do JEMG, prioritariamente das escolas que servirão como alojamentos para os estudantes;
- 6.2.9.** realizar, quando possível, os reparos necessários nas escolas estaduais que servirão de alojamentos para os estudantes;
- 6.2.10.** organizar a logística de distribuição dos estudantes nas escolas estaduais que servirão de alojamentos nas sedes do JEMG;
- 6.2.11.** divulgar amplamente o calendário dos Jogos às escolas estaduais, adequando o calendário escolar das mesmas ao JEMG;
- 6.2.12.** colaborar no fomento da execução das etapas seletivas municipais para o JEMG
- 6.3.** São responsabilidades da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP**, além das demais previstas neste termo de parceria, na Lei Estadual nº 23.081, de 2018, e no Decreto Estadual nº 47.554, de 2018:
- 6.3.1.** executar todas as atividades inerentes à implementação do termo de parceria, baseando-se no princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, e zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficácia, efetividade e razoabilidade em suas atividades;
- 6.3.2.** observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas pelo OEP, pela SEPLAG e pelos órgãos de controle interno e externo;
- 6.3.3.** responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário e se encontrar em efetivo exercício nas atividades inerentes à execução do termo de parceria, observando-se o disposto na alínea "J" do inciso I do art. 6º e do inciso II do art. 21 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, bem como ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- 6.3.4.** disponibilizar em seu sítio eletrônico, estatuto social atualizado, a relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade sem fins lucrativos, ato da qualificação ou ato de renovação da qualificação da entidade sem fins lucrativos como Oscip, termo de parceria e a respectiva memória de cálculo, regulamentos próprios que



disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, relatórios gerenciais de resultados, relatórios gerenciais financeiros, relatórios de monitoramento e os relatórios da comissão de avaliação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da assinatura dos referidos documentos;

6.3.5. assegurar que toda exposição de peças gráficas e divulgação das ações objeto do termo de parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do OEP, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado;

6.3.6. manter registro, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao termo de parceria;

6.3.7. permitir e facilitar o acesso de técnicos do OEP, de membros do OEI e do conselho de política pública da área, quando houver, da comissão de avaliação, da SEPLAG, da CGE e de órgãos de controle externo a todos os documentos relativos à execução do objeto do termo de parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;

6.3.8. utilizar os bens imóveis e bens permanentes, custeados com recursos do termo de parceria ou cedidos pela administração pública estadual para fins de interesse público, sem prejuízo à execução do objeto pactuado do instrumento jurídico;

6.3.9. zelar pela boa execução dos recursos vinculados ao termo de parceria, observando sempre sua vinculação ao objeto pactuado;

6.3.10. prestar contas ao OEP, acerca do alcance dos resultados e da correta aplicação de todos os recursos vinculados ao termo de parceria e bens destinados à Oscip;

6.3.11. incluir em todos os contratos celebrados no âmbito do termo de parceria cláusula prevendo a possibilidade de sub-rogação;

6.3.12. comunicar ao OEP as alterações de quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais;

6.3.13. estabelecer e cumprir o regulamento próprio que discipline os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, que deverá ser submetido à aprovação, prévia e formal, do OEP e da Seplag;

6.3.14. manter o OEP e a SEPLAG informados sobre quaisquer alterações em seu estatuto, composição de Diretoria, Conselhos e outros órgãos da Oscip, diretivos ou consultivos;

6.3.15. enviar as alterações estatutárias para a SEPLAG em até 10 (dez) dias úteis após o registro em cartório;

6.3.16. indicar ao OEP um representante para compor a comissão de avaliação, em até 5 (cinco) dias úteis após a celebração do termo de parceria;

6.3.17. abrir conta bancária exclusiva para repasse de recursos por parte da administração pública estadual, em instituição bancária previamente aprovada pelo supervisor do termo de parceria;

6.3.18. elaborar uma tabela de rateio de suas despesas, considerando os termos de parceria celebrados e demais projetos que utilizem a mesma estrutura, podendo adotar como parâmetro a proporcionalidade do uso efetivo por cada projeto, devendo a Oscip informar quaisquer alterações nas condições de rateio nas despesas, inclusive novos instrumentos jurídicos que venham a ser celebrados e alterem as condições inicialmente pactuadas;

6.3.19. quando da extinção do termo de parceria, a Oscip deverá entregar à administração pública estadual as marcas, o sítio eletrônico e os perfis em redes sociais vinculados ao objeto do termo de parceria;

6.3.20. cumprir o disposto no Capítulo VI do Decreto Estadual nº 45.969, de 2012;



- 6.3.21.** fomentar a participação do público alvo;
- 6.3.22.** gerenciar o sistema de inscrições;
- 6.3.23.** articular com as cidades sedes das competições, no que diz respeito ao incentivo à participação e sediamiento de etapas do JEMG
- 6.3.24.** elaborar, juntamente com a OEP e com a OEI, o regulamento geral, os regulamentos específicos por modalidade, o sistema de disputa e o projeto de sediamiento do JEMG.
- 6.3.25.** executar as etapas do JEMG em, no máximo, 56 (cinquenta e seis) sedes na etapa microrregional, 6 (seis) na etapa regional e 2 (duas) sedes na etapa estadual;
- 6.3.26.** planejar, organizar, executar e acompanhar todos os procedimentos necessários para a participação da delegação do estado de Minas Gerais na etapa nacional dos jogos escolares, sendo eles o “Jogos Escolares da Juventude” e as “Paralimpíadas Escolares”;
- 6.3.27.** executar e monitorar a aquisição de materiais esportivos, uniformes e premiação, com a posterior devolução dos materiais passíveis de reutilização ao Órgão Estatal Parceiro.
- 6.3.28.** conservar os bens adquiridos com recursos do Termo de Parceria e responsabilizar-se pela sua guarda, manutenção e conservação;
- 6.3.29.** gerenciar e manter atualizado o sítio eletrônico do JEMG e as páginas da competição nas redes sociais;
- 6.3.30.** planejar e executar a logística de fixação, retirada e armazenamento dos materiais de comunicação utilizados nas sedes do JEMG;
- 6.3.31.** lançar, no sistema JEMG, as súmulas dos jogos/lutas/provas de todas as etapas da competição.
- 6.4.** Cada unidade administrativa interna do OEP assumirá as responsabilidades que lhe competem nos termos de suas atribuições, conforme previsão na Lei Estadual nº 23.081, de 2018, no Decreto Estadual nº 47.554, de 2018 e em regulamento que dispõe sobre a organização administrativa do Órgão.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS DIRIGENTES DA OSCIP

- 7.1.** Havendo indícios fundados de má administração de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e à Advocacia-Geral do Estado – AGE –, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e de seus dirigentes e de agente público ou terceiro que possam haver enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além da aplicação de outras medidas cabíveis, nos termos do art. 31 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018.
- 7.2.** Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações podem ser estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da Oscip, conforme art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- 7.3.** Os diretores, gerentes ou representantes de Oscip são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, ou estatutos, conforme art. 135, inc. III da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

8. CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO



- 8.1.** A execução do objeto deste termo de parceria será monitorada e fiscalizada pelo OEP e pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação.
- 8.2.** A comissão supervisora, a que se refere o §2º do art. 26 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 e o §1º do art. 43 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018, representará o OEP na interlocução técnica com a Oscip e no acompanhamento e fiscalização da execução do termo de parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o OEP informado sobre o andamento das atividades.
- 8.3.** A comissão supervisora representará o OEP em suas tarefas, e deverá realizar, trimestralmente, o acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os representantes da Oscip, para assegurar a adoção das diretrizes constantes do termo de parceria.
- 8.3.1.** Deverão ser realizadas pela comissão supervisora, com o auxílio de representantes da unidade responsável pela análise de prestação de contas, checagens amostrais, com periodicidade mínima trimestral, sobre processos de aquisição de bens e serviços, contratação de pessoal e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme metodologia definida pela Seplag.
- 8.4.** No caso de o supervisor exercer seu poder de veto, nos termos do § 3º do art. 26 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, referente à execução de ação não prevista no programa de trabalho ou que esteja em desacordo com o termo de parceria ou com as diretrizes da política pública ou que não atenda ao interesse público, àquele deverá motivar sua decisão em justificativa fundamentada a ser juntada ao relatório de monitoramento a que se refere o art. 49 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018.
- 8.5.** Para subsidiar as atividades realizadas pela comissão supervisora, a Oscip deverá apresentar relatório de resultados em até 10 (dez) dias úteis após o final de cada período avaliatório, conforme modelo disponibilizado pela SEPLAG.
- 8.6.** A comissão supervisora deverá elaborar relatório de monitoramento com informações sobre a execução física e financeira pertinentes ao período avaliatório analisado, conforme modelo disponibilizado pela SEPLAG.
- 8.7.** Para auxiliar a comissão supervisora nas checagens amostrais, que serão realizadas trimestralmente, sobre processos de aquisição de bens e serviços, contratação de pessoal e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme metodologia definida pela SEPLAG, o representante da unidade responsável pela análise de prestação de contas indicado pelo OEP será **nome do servidor do OEP**, nos termos do art. 46 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018.
- 8.8.** O representante da Oscip indicado como responsável pela interlocução técnica com o OEP, nos termos do art. 38, XI do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018, será **nome do representante da Oscip**.
- 8.9.** As alterações do indicado pelo OEP para auxiliar a comissão supervisora e o representante da Oscip, definidos nos subitens 8.7 e 8.8 poderão ser efetuadas por meio de termo de apostila.
- 8.10.** Os responsáveis pela fiscalização do termo de parceria, ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela Oscip, darão imediata ciência do fato ao TCEMG e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

9. CLÁUSULA NONA – DA COMISSÃO SUPERVISORA

- 9.1.** Fica designada comissão supervisora, composta por um supervisor e por um supervisor-adjunto:
- 9.1.1.** Nome do Servidor, MASP, como supervisor(a) do termo de parceria;
- 9.1.2.** Nome do Servidor, MASP, como supervisor(a)-Ajunto(a) do termo de parceria.



- 9.2.** As alterações dos membros da comissão supervisora deverão ser efetuadas por meio de termo de apostila.
- 9.3.** Em caso de ausência temporária do supervisor do termo de parceria, seu adjunto assumirá a supervisão até o retorno do primeiro.
- 9.4.** Em caso de vacância do cargo de supervisor, o seu adjunto assumirá interinamente a supervisão do termo de parceria por no máximo de 15 (quinze) dias a partir da data da vacância, quando o dirigente máximo do OEP deverá indicar novo Supervisor.
- 9.5.** Em caso de ausência temporária ou vacância simultânea dos cargos de supervisor e adjunto, o dirigente máximo do OEP assumirá as funções de supervisão, devendo, em um prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da data da ausência ou vacância, indicar novo supervisor e supervisor adjunto.
- 9.6.** Ocorrerá a vacância nos seguintes casos:
- 9.6.1.** abandono de cargo ou função pública pelo não comparecimento ao serviço, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos ou mais de noventa dias não consecutivos em um ano;
- 9.6.2.** falta injustificada a uma reunião da comissão de avaliação; e,
- 9.6.3.** hipóteses de vacância do cargo público, previstas no art. 103 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.
- 9.7.** No caso de ausência temporária ou vacância do supervisor, o supervisor adjunto representará o OEP na comissão de avaliação do Termo de Parceria.

10. CLÁUSULA DEZ – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- 10.1.** Os resultados atingidos com a execução do termo de parceria serão avaliados, no mínimo trimestralmente, de acordo com o cronograma de avaliações definido no Programa de Trabalho constante no Anexo II deste termo de parceria, conforme previsto na Sistemática de Avaliação do termo de parceria constante no Anexo III deste termo de parceria, por comissão de avaliação, nos termos do art. 32 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, e do art. 51 a 55 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018.
- 10.2.** A comissão de avaliação não é responsável pelo monitoramento e fiscalização da execução do termo de parceria, devendo se ater à análise dos resultados alcançados, de acordo com a sistemática de avaliação definida no termo de parceria.
- 10.3.** Para instituir ou alterar a comissão de avaliação, o OEP deverá publicar ato, no Diário Oficial dos Poderes do Estado, contendo os nomes de seus integrantes, em até 10 (dez) dias úteis após a celebração do termo de parceria ou do ato que ensejou a alteração da comissão.
- 10.4.** Para subsidiar a avaliação realizada pela comissão de avaliação, o supervisor deverá encaminhar, preferencialmente em meio digital, uma cópia do relatório de monitoramento a que se refere o art. 49 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018, para cada membro da comissão de avaliação com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da reunião.
- 10.5.** Os membros da comissão de avaliação deverão analisar o relatório de monitoramento, com vistas a subsidiar a avaliação sobre os resultados alcançados na execução do termo de parceria e poderão solicitar à Oscip ou ao OEP os esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 10.6.** A comissão de avaliação deverá elaborar relatório sobre a avaliação dos resultados alcançados, realizada de acordo com a sistemática de avaliação, de forma a demonstrar a nota obtida e registrar as recomendações para o próximo período, conforme modelo disponibilizado pela SEPLAG.



10.7. Sempre que necessário, qualquer membro integrante da comissão de avaliação poderá solicitar reuniões extraordinárias.

11. CLÁUSULA ONZE – DOS BENS PERMANENTES

11.1. Na hipótese da Oscip adquirir bens permanentes, necessários ao cumprimento do termo de parceria, a aquisição deverá ser realizada exclusivamente com recursos vinculados a um único termo de parceria, não sendo permitido rateio de despesa para este fim.

11.2. Quando da extinção do termo de parceria, a comissão supervisora, com o apoio da unidade de patrimônio e logística do OEP, deverá conferir a relação de bens móveis adquiridos pela Oscip com recursos do termo de parceria, atestando ou não conformidade da mesma.

11.3. Em caso de conformidade, o OEP poderá, nos termos do art. 38 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018:

11.3.1. incorporar o bem ao patrimônio do Estado por meio da sua inclusão no acervo patrimonial do OEP, mediante o seu registro no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD -, com numeração própria gerada automaticamente pelo sistema;

11.3.2. não incorporar o bem, mantendo - o sob propriedade da Oscip, hipótese que deve ser precedida de justificativa contendo fundamentação técnica assinada pelo dirigente máximo do OEP.

11.4. Em caso de inconformidade, a comissão supervisora deve recomendar ao dirigente máximo do OEP a instauração de procedimento com vistas a apurar a existência de eventual dano ao erário.

11.5. Os procedimentos previstos no art. 76 do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018 poderão, a critério do OEP, ser realizados anteriormente à extinção do termo de parceria.

11.6. Na hipótese do OEP decidir por não incorporar o bem, a Oscip deverá conservar e não transferir o domínio do bem móvel permanente adquirido com recursos do termo de parceria até a aprovação da prestação de contas de extinção.

12. CLÁUSULA DOZE – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. A comprovação do alcance dos resultados e da correta aplicação de todos os os recursos financeiros e bens vinculados à este termo de parceria deverá ser realizada em prestação de contas, nos termos do art. 28 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que deverão ser entregues pela Oscip nas seguintes situações:

12.1.1. ao término de cada exercício;

12.1.2. na extinção do termo de parceria;

12.1.3. a qualquer momento, por demanda do OEP.

12.2. As prestações de contas anuais a que se refere o inciso I serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados financeiros dos recursos vinculados ao termo de parceria no exercício imediatamente anterior.

12.3. A prestação de contas de extinção será realizada ao final da vigência do termo de parceria, sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados financeiros dos recursos vinculados ao termo de parceria, referente ao período em que não houve cobertura de uma prestação de contas anual.

12.4. A Oscip deverá encaminhar ao OEP a prestação de contas anual em até 40 (quarenta) dias úteis após o término de cada exercício.



12.5. Oscip deverá encaminhar ao OEP a prestação de contas de extinção em até 30 (trinta) úteis após o final da vigência do termo de parceria.

12.6. A prestação de contas encaminhada pela Oscip deverá ser instruída com os seguintes documentos:

12.6.1. relatório financeiro conforme modelo disponibilizado pela SEPLAG;

12.6.2. demonstração de resultados do exercício;

12.6.3. balanço patrimonial;

12.6.4. demonstração das mutações do patrimônio líquido social;

12.6.5. demonstração de fluxo de caixa;

12.6.6. notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;

12.6.7. relação de bens permanentes adquiridos no período;

12.6.8. inventário geral dos bens em permissão de uso e adquiridos;

12.6.9. comprovantes de despesas reembolsadas;

12.6.10. extratos bancários de todas as contas de recursos vinculados ao termo de parceria;

12.6.11. comprovantes de todas as rescisões trabalhistas ocorridas no exercício, quando houver;

12.6.12. comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

12.6.13. parecer do conselho fiscal ou órgão equivalente da Oscip;

12.6.14. outros documentos que possam comprovar a utilização dos recursos repassados, conforme solicitação do OEP.

12.7. O OEP deverá juntar ao processo de prestação de contas encaminhado pela Oscip, para fins de demonstração do atingimento dos resultados:

12.7.1. cópia dos relatórios de monitoramento;

12.7.2. cópia dos relatórios de checagem amostral;

12.7.3. cópia dos relatórios da comissão de avaliação.

12.8. Após o recebimento da prestação de contas, o OEP deverá analisar a documentação encaminhada conforme procedimentos e prazos previstos na Seção VI do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018.

12.9. Caberá ao dirigente máximo a decisão acerca da prestação de contas.

12.10. O OEP deverá publicar extrato da decisão do dirigente máximo acerca da prestação de contas do termo de parceria no Diário Oficial dos Poderes do Estado, conforme modelo disponibilizado pela Seplag, e notificar a Oscip.

12.11. Na hipótese de reprovação da prestação de contas, o OEP iniciará o PACE-Parcerias, de que trata o Decreto Estadual nº 46.830 de 2015.

13. CLÁUSULA TREZE – DA AÇÃO PROMOCIONAL

13.1. Em qualquer ação promocional relacionada ao presente termo de parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações e diretrizes de identificação visual do Governo do Estado.



13.2. É vedada à Oscip a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto do termo de parceria sem o consentimento prévio e formal do OEP, sob pena de restituição do valor gasto à conta bancária do termo de parceria e o recolhimento do material produzido.

13.3. A divulgação de resultados técnicos e de ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do termo de parceria, deverão apresentar a marca do Governo do Estado ou do OEP, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do OEP.

13.4. O OEP deverá assegurar que em qualquer peça gráfica ou divulgação em meio audiovisual relativa ao termo de parceria, à política pública em execução e seus resultados, o Governo do Estado ou o OEP conste como realizador.

13.5. Quando a Oscip for titular de marcas e patentes advindas da execução do termo de parceria, esta deverá ser revertida à administração pública estadual, quando da extinção do instrumento jurídico.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DA EXTINÇÃO

14.1. O termo de parceria poderá ser extinto por:

14.1.1. encerramento, por advento do termo contratual;

14.1.2. rescisão unilateral pelo OEP, precedida de processo administrativo;

14.1.3. acordo entre as partes.

14.2. Nos casos de encerramento, por advento do termo contratual, o OEP deverá arcar com os custos de desmobilização da Oscip, sendo que os mesmos deverão estar contemplados na memória de cálculo do termo de parceria.

14.3. As despesas para desmobilização poderão ser custeadas com receitas advindas do repasse do OEP, receitas arrecadadas pela Oscip previstas no termo de parceria e recursos da conta de reserva.

14.4. O termo de parceria poderá ser rescindido unilateralmente pelo OEP, conforme disposto no inciso II do art. 33 da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, nas seguintes situações:

14.4.1. perda da qualificação como Oscip, por qualquer razão, durante a vigência do termo de parceria ou nos casos de dissolução da entidade sem fins lucrativos;

14.4.2. descumprimento de qualquer cláusula do termo de parceria ou de dispositivo da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, ou deste decreto;

14.4.3. utilização dos recursos em desacordo com o termo de parceria, dispositivo da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, ou deste decreto;

14.4.4. não apresentação das prestações de contas nos prazos estabelecidos, sem justificativa formal e coerente para o atraso;

14.4.5. apresentação de desempenho insatisfatório em avaliação de resultados do termo de parceria, sem justificativa formal e coerente;

14.4.6. interrupção da execução do objeto do termo de parceria sem justa causa e prévia comunicação ao OEP;

14.4.7. apresentação de documentação falsa ou inidônea;

14.4.8. constatação de irregularidade fiscal ou trabalhista, quando demonstrado, de forma inequívoca, que a irregularidade decorreu de ato doloso ou culposo dos gestores da Oscip.



14.5. Nos casos de rescisão unilateral previstos no subitem 14.4, é vedado o custeio das despesas relativas aos custos de desmobilização, aos contratos assinados e aos compromissos assumidos pela Oscip com recursos vinculados ao termo de parceria a partir da publicação do termo de rescisão.

14.6. A rescisão unilateral do termo de parceria implica a imediata devolução dos saldos em conta dos recursos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, e não desobriga a Oscip de apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos nos termos deste termo de parceria e do Decreto Estadual nº 47.554, de 2018.

14.7. O termo de parceria poderá ser rescindido unilateralmente conforme verificação de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, mediante justificativa fundamentada do OEP.

14.8. Na hipótese do subitem 14.7, os custos de desmobilização da Oscip serão custeados com recursos vinculados ao termo de parceria, devendo o OEP elaborar documento, assinado pelo seu dirigente máximo, contendo a estimativa de valores a serem despendidos para este fim.

14.9. A extinção por acordo entre as partes será precedida de justificativa e formalizada por meio de termo de acordo entre as partes assinado pelos dirigentes máximos do OEP, do OEI, se houver, e seja necessário, e da Oscip, em que constarão as obrigações, responsabilidades e o respectivo planejamento financeiro para custear os custos de desmobilização, as verbas rescisórias, indenizatórias, de pessoal, de contratos com terceiros e os compromissos assumidos pela Oscip em função do termo de parceria até a data do encerramento ou rescisão.

14.10. Deverão ser custeados, com repasse do OEP, receitas arrecadadas pela Oscip previstas no termo de parceria e recursos da conta de reserva, os custos de desmobilização, as verbas rescisórias de pessoal e de contratos com terceiros, as verbas indenizatórias e os demais compromissos assumidos pela Oscip em função do termo de parceria até a data da extinção por acordo entre as partes.

15. CLÁUSULA QUINZE – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O OEP deverá providenciar a publicação do extrato deste termo de parceria no Diário Oficial dos Poderes do Estado, conforme modelo disponibilizado pela SEPLAG.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente termo de parceria em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Belo Horizonte, (dia) de (mês) de (ano).

José Francisco Filho
Subsecretário de Esportes



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna

Secretaria de Estado de Educação

Dirigente máximo da Oscip

Nome da Oscip



ANEXO I DO TERMO DE PARCERIA – CONCEPÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

A pretendida política pública de fomento ao desporto educacional e ao paradesporto visa atender ao disposto no artigo 7º da Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998, que estabelece a destinação dos recursos oriundos do Ministério do Esporte, a saber:

Art. 7º Os recursos do Ministério do Esporte terão a seguinte destinação:

I - desporto educacional;

II - desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III - desporto de criação nacional

(...)

VIII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Diante do exposto, e por se tratar de recursos advindos, em sua grande maioria, da “Fonte 38- Transferências de Recursos da União Vinculados ao Esporte”, as políticas públicas a serem desempenhadas sob a égide do Termo de Parceria tem como objetivo promover ações nas dimensões esportivas supracitadas, sendo o Jogos Escolares de Minas Gerais a principal delas.

Realizado há mais de 40 (quarenta) anos, o Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG consiste na mais tradicional competição esportiva-educacional promovida pelo governo do estado de Minas Gerais, com a participação de mais de 40.000 (quarenta mil) beneficiários distribuídos por, em média, 700 (setecentos) municípios mineiros.

O JEMG é uma ferramenta pedagógica que valoriza a prática esportiva escolar e a construção da cidadania dos jovens estudantes-atletas mineiros, de forma educativa e democrática, aumentando o vínculo estudante-atleta com a escola e, assim, contribuindo para a diminuição da evasão escolar. Por abranger diversas regiões do Estado, o JEMG atua como canal de integração, sociabilidade e aprendizado dos estudantes-atletas envolvidos nos Jogos, além de possibilitar o surgimento de novos talentos esportivos ao longo de toda extensão territorial do estado.

O público alvo são estudantes-atletas de 12 a 17 anos, nos naipes masculino e feminino, matriculados em escolas da rede pública ou particular.

Devido à sua magnitude, a execução do JEMG é dividida em três fases, sendo elas: a Etapa Microrregional, a Etapa Regional e a Etapa Estadual. As modalidades a serem disputadas na etapa microrregional serão: basquetebol, handebol, futsal, voleibol e xadrez. As modalidades a serem disputadas na etapa regional serão: basquetebol, handebol, futsal, voleibol e xadrez. As modalidades a serem disputadas na etapa estadual serão: Atletismo, Atletismo PCD, Badminton, Basquete, Bocha, Ciclismo, Futsal, Futebol de 5 (masculino), Futebol de 7 (misto), Ginástica Artística, Ginástica rítmica (feminino), Goalball, Handebol, Judô, Judô PCD, Luta olímpica, Natação, Natação PCD, Parabadminton, Taekwondo, Tênis de mesa, Tênis de mesa PCD, Tênis em cadeira de rodas, Voleibol, Voleibol de Praia, Voleibol Sentado e Xadrez. Ressalta-se, no entanto, que modalidades podem ser inseridas ou excluídas do escopo do JEMG, tendo em vista a necessidade de se seguir o rol de modalidades, designadas pelo Comitê Olímpico do Brasil e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, constantes Jogos Escolares da Juventude e nas Paralímpicas, respectivamente.

Aparecem como principais ações a serem desenvolvidas: o fomento à participação do público alvo; o gerenciamento do sistema de inscrições; a articulação com as cidades-sede das etapas da competição; a aquisição de material esportivo, uniformes e premiação para a realização das etapas; a execução das etapas Microrregional, Regional e Estadual do JEMG; e o suporte logístico à participação da delegação mineira no “Jogos Escolares da Juventude” e nas “Paralimpíadas Escolares”.



Tais ações, por sua vez, têm como resultados esperados:

- fomentar a prática do esporte com fins educativos;
- desenvolver o talento esportivo e paradesportivo;
- desenvolver integralmente os estudantes-atleta como seres sociais, democráticos e ativos, estimulando o exercício da cidadania;
- promover o intercâmbio socioesportivo entre os participantes e as comunidades envolvidas;
- reforçar o elo de identidade do educando com sua unidade de ensino;

A consecução dos resultados esperados está intimamente ligada à atuação coordenada e integrada dos três atores envolvidos no Termo de Parceria, a saber.

Caberá à entidade parceira executar a gestão dos Jogos Escolares de Minas Gerais, desde o fomento à participação de municípios e escolas, e posterior gestão das inscrições, até a elaboração da prestação de contas, física e financeira, das metas e despesas pactuadas junto aos órgãos parceiros. Ao longo do exercício, então, a entidade deverá contratar recursos humanos, serviços inerentes à gestão administrativa e logística (consultoria jurídica, contabilidade, empresa de remessas, entre outra) e materiais necessários para a execução de competições esportivas (material esportivo, premiação e uniformes). Tais funções têm como objetivo possibilitar o cumprimento da principal atividade deste termo de parceria: realizar as etapas do JEMG em, no máximo, 56 (cinquenta e seis) sedes na etapa Microrregional, 6 (seis) na etapa Regional e 2 (duas) sedes na etapa Estadual, bem como organizar, executar e acompanhar todos os procedimentos necessários para que a delegação de Minas Gerais participe dos Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares, que são as etapas nacionais das competições escolares.

O Órgão Estatal Parceiro, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE (por meio da Subsecretaria de Esportes) tem o papel constante de orientar e monitorar a atuação da entidade parceria, oferecendo suporte para questões técnicas do esporte e administrativas da gestão do Termo de Parceria. Caberá à SEDESE, também, auxiliar a entidade no contato com representantes municipais, instituições esportivas (clubes, federações, Comitês Olímpico e Paralímpico, entre outras) e demais atores que porventura sejam necessários para o bom andamento das competições, como órgãos de segurança e saúde.

O Órgão Estatal Interviente, a Secretaria de Estado de Educação, tem como responsabilidade principal planejar e executar a logística de disponibilização das escolas estaduais que serão utilizadas como alojamentos pelos estudantes-atleta envolvidos no JEMG, fornecendo hospedagem e alimentação para os beneficiários da política pública. Além disso, cabe à SEE garantir a compatibilização do calendário escolar ao calendário dos Jogos e auxiliar, por meio das Superintendências Regionais de Ensino – SER, o processo de fomento à participação.

Cabe ressaltar que a execução dos Jogos Escolares de Minas Gerais- JEMG está prevista nos instrumentos de planejamento de médio e longo prazo do Estado de Minas Gerais, a saber.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) de Minas Gerais, que estabelece as principais diretrizes de longo prazo para atuação do governo estadual, vigência 2016 - 2027, prevê a execução dos Jogos Escolares de Minas Gerais no Eixo 3 – Saúde e Proteção Social, a saber:

“Nosso Estado busca educar pelo esporte e promover a cultura esportiva e da atividade física seguindo o determinado na Política Estadual do Desporto estabelecida pela Lei Estadual nº 20.782, de 19 de julho de 2013.



Ainda dentro da dimensão do Esporte Educacional, o Estado de Minas vem apostando no fortalecimento dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, importante ferramenta de fomento à prática desportiva e diminuição da evasão escolar. Este programa atende aos alunos de todo o Estado, em todas as suas regiões, por meio de uma competição esportiva desenvolvida nos níveis municipal, microrregional, regional e estadual.

A partir do ano de 2012 as modalidades paralímpicas passaram a compor o JEMG. Com este novo formato, alunos-atletas com deficiência passaram a ter o direito de competir representando sua escola e seu município com vistas a representar Minas Gerais nas Paralimpíadas Escolares, competição nacional organizada anualmente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB”.

Já em relação ao Plano Plurianual de Ação Governamental- PPAG vigente (2016-2019), a ação dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) é executada no Programa 178 – Minas Esportiva, o qual tem como objetivo:

“Promover o desenvolvimento do esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento no Estado de Minas Gerais”.

A ação 4551– Desenvolvimento do Esporte Educacional, por sua vez, apresenta a seguinte descrição:

“O desenvolvimento do esporte educacional é promovido mediante duas frentes de atuação na SEESP. A primeira consiste na realização do “Jogos Escolares de Minas Gerais –JEMG”, tratando-se da mais tradicional competição esportiva do estado no âmbito escolar, sendo executado em três etapas (microrregional, regional e estadual) com a disputa de modalidades esportivas coletivas, individuais e para estudantes-atletas com deficiência, em diversos municípios do estado.

A segunda atuação consiste no apoio técnico e/ou financeiro ao aprimoramento do esporte educacional nas escolas, priorizando as instituições de ensino que obtiveram posição de destaque nos Jogos Escolares de Minas Gerais, através do fornecimento de material esportivo e capacitação dos técnicos / professores de educação física, bem como o incentivo ao intercâmbio técnico. As atividades desta ação são realizadas em parceria com a secretaria de estado de educação, que atua de forma capilarizada através das Superintendências Regionais de Ensino, oferecendo suporte para a execução dos Jogos e ações de fomento nas escolas ”.



ANEXO II DO TERMO DE PARCERIA – PROGRAMA DE TRABALHO

1. OBJETO DO TERMO DE PARCERIA:

O Termo de Parceria, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes, tem como objeto a realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG e o fomento ao desporto e paradesporto escolar.



2. QUADRO DE INDICADORES

Área Temática	Indicador	Valor de Referência (V0)	Peso (%)	Metas Por Período Avaliatório								
				1ºPA	2ºPA	3ºPA	4ºPA	5ºPA	6ºPA	7ºPA	8ºPA	
				01/2020 a 03/2020	04/2020 a 06/2020	07/2020 a 09/2020	10/2020 a 12/2020	01/2021 a 03/2021	04/2021 a 06/2021	07/2021 a 09/2021	10/2021 a 12/2021	
1 Etapas Microrregional, Regional, Estadual e Nacional.	1.1	Número de atletas participantes nas modalidades coletivas e individuais	35.000	10	-	35.000	3.750	-	-	35.000	4.000	-
	1.2	Número de atletas participantes nas modalidades paradesportivas	200	10	-	-	300	-	-	-	350	-
	1.3	Número de municípios participantes nas modalidades coletivas e individuais	696	10	-	700	200	-	-	700	200	-
	1.4	Número de municípios participantes nas modalidades paradesportivas	35	10	-	-	35	-	-	-	40	-
	1.5	Percentual de satisfação dos beneficiários	25	10	-	-	80%	85%	-	-	80%	85%
	1.6	Número de escolas participantes	2200	10	-	1600	700	-	-	1600	700	-
	1.7	Percentual de municípios participantes em relação aos inscritos	80%	7	-	80%	80%	-	-	80%	80%	-



Área Temática	Indicador	Valor de Referência (VO)	Peso (%)	Metas Por Período Avaliatório									
				1ºPA	2ºPA	3ºPA	4ºPA	5ºPA	6ºPA	7ºPA	8ºPA		
				01/2020 a 03/2020	04/2020 a 06/2020	07/2020 a 09/2020	10/2020 a 12/2020	01/2021 a 03/2021	04/2021 a 06/2021	07/2021 a 09/2021	10/2021 a 12/2021		
2	Comunicação	2.1	Número de inserções geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos impressos.	1.450	10	150	450	650	750	850	1150	1350	1450
		2.2	Número de seguidores do JEMG nas mídias sociais.	63.240	5	63.500	64.500	65.500	66.000	66.500	67.500	68.500	69.000
3	Captação de parcerias	3.1	Número de instrumentos de parcerias com entidades para apoio qualitativo à atividade do Termo de Parceria	70	5	-	32	4	-	-	32	4	-
		3.2	Captação acumulada de receita	R\$800.000	5	-	R\$100.000,00	-	R\$300.000,00	-	R\$200.000,00	-	R\$200.000,00
		3.4	Número de projetos de captação submetidos	-	5	-	-	2	-	-	-	4	-
		3.5	Percentual de aprovação dos projetos de captação de recursos	-	3	-	-	-	50%	-	-	-	-



3. ATRIBUTOS DOS INDICADORES

ÁREA TEMÁTICA 1: ETAPAS MICRORREGIONAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL

Compete a “*Área Temática 1: Etapas Microrregional, Regional, Estadual e Nacional*” os indicadores referentes à área finalística do Termo de Parceria, que tratam sobre o alcance e a abrangência da política de promoção ao desporto escolar, bem como a avaliação, por parte dos beneficiários da política pública, dos serviços prestados pela entidade contratada.

Indicador 1.1 - Número de atletas participantes nas modalidades coletivas e individuais

Descrição: O indicador irá mensurar o número de estudantes-atletas que participarem das etapas Microrregional e Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, nas modalidades coletivas e individuais. Cada estudante-atleta será considerado apenas uma vez para fins de cálculos independentemente do número de modalidades que o mesmo participe. É necessário medir o número de estudantes-atletas participantes para computar o cenário macro da realização dos jogos, identificando a dimensão do projeto e as oportunidades geradas para os mesmos.

A avaliação desse indicador deverá considerar:

- No segundo e no sexto período avaliatório os estudantes-atletas participantes da Etapa Microrregional do JEMG.
- No terceiro e no sétimo período avaliatório os estudantes-atletas participantes da Etapa Estadual do JEMG.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de estudantes participantes do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Relatório emitido pelo sistema de gerenciamento do JEMG, após lançamento das súmulas da fase Microrregional no sistema.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 1.2- Número de atletas participantes nas modalidades paradesportivas

Descrição: A OSCIP deverá realizar ações de fomento que garantam um aumento do número de atletas com deficiência que disputam o JEMG. O objetivo deve ser o de ampliar a inserção deste público nos Jogos, fortalecendo o paradesporto escolar no estado. O indicador irá calcular o número de estudantes-atletas que participarem dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG nas modalidades paradesportivas da Etapa Estadual do JEMG. Cada estudante-atleta será considerado apenas uma, vez para fins de cálculo, independentemente do número de modalidades que o mesmo participe.



Fórmula de Cálculo: Soma do número de todos os atletas das modalidades paradesportivas da Etapa Estadual do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Relatório emitido pelo sistema de gerenciamento do JEMG, após lançamento das súmulas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 1.3- Número de municípios participantes nas modalidades coletivas e individuais.

Descrição: Os Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG têm como objetivo o desenvolvimento e ampliação do esporte educacional em Minas Gerais. Este indicador serve para medir a quantidade de municípios participantes da competição e assim, a manutenção da qualidade e da abrangência regional dos jogos no interior do Estado. O indicador irá mensurar o número de municípios que participarem das modalidades coletivas e individuais, das Etapas Microrregional e Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG.

A avaliação desse indicador deverá considerar:

- No segundo e no sexto período avaliatório os municípios participantes da Etapa Microrregional do JEMG
- No terceiro e no sétimo período avaliatório os municípios participantes da Etapa Estadual do JEMG.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de municípios participantes do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Boletins dos Jogos.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 1.4- Número de municípios participantes nas modalidades paradesportivas

Descrição: A ampliação do esporte educacional para pessoas com deficiência também é um objetivo do JEMG, que atua como um mecanismo de fomento a disseminação da prática paradesportiva ao longo do estado de Minas Gerais. Este indicador serve para medir a quantidade de municípios participantes das modalidades para pessoas com deficiência, visando assegurar a necessidade de desconcentração da prática esportiva. Nesse sentido, O indicador irá mensurar o número de municípios que participarem das modalidades paradesportivas na Etapa Estadual do JEMG.



Fórmula de Cálculo: Soma do número de municípios participantes das modalidades paradesportivas da Etapa Estadual do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Relatório emitido pelo sistema de gerenciamento do JEMG, após lançamento das súmulas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 1.5- Percentual de satisfação dos beneficiários

Descrição: A SUBESP irá realizar pesquisa para mensurar os níveis de satisfação dos estudantes-atletas, professores/treinadores e árbitros que participarem da etapa Regional e Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais- JEMG, bem como dos membros da delegação mineira que participarem das etapas nacionais dos jogos escolares (Jogos Escolares da Juventude –JEJ e Paralimpíadas Escolares).

A pesquisa conterà critérios como: atendimento médico, segurança, pontualidade dos jogos, qualidade dos materiais esportivos, qualidade no contato com o público externo, entre outros a serem definidos pela SUBESP.

A avaliação deste indicador deverá considerar no terceiro período avaliatório a satisfação dos participantes das Etapas Regional e Estadual do JEMG e no quarto período avaliatório a satisfação dos participantes da Etapa Nacional e dos Participantes das Paralimpíadas Escolares.

Será atribuída para cada formulário uma pontuação, que será a média das respostas dadas ao longo do documento. A entidade deverá atingir o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) de satisfação na avaliação de cada etapa em específico (Regional e Estadual) e 85% (oitenta e cinco por cento) na avaliação dos serviços prestados para a participação da delegação mineira em cada competição nacional (Jogos Escolares de Juventude e Paralimpíadas Escolares).

Fórmula de Cálculo:

3º e 7º período avaliatório

{[Somatório das pontuações dos formulários respondidos na etapa Regional/ (Pontuação total do formulário x Número de formulários respondidos na etapa Regional) x 100] + [Somatório das pontuações dos formulários respondidos na etapa Estadual/ (Pontuação total do formulário x Número de formulários respondidos na etapa Estadual) x 100]} / 2

4º e 8º período avaliatório

{[Somatório das pontuações dos formulários dos Jogos Escolares da Juventude respondidos / (Pontuação total do formulário x Número de formulários respondidos) x 100] + [Somatório das pontuações dos formulários das Paralimpíadas Escolares respondidos / (Pontuação total do formulário x Número de formulários respondidos) x 100]} / 2

Unidade de Medida: Percentual.



Fonte de Comprovação: Relatório da pesquisa realizada durante as etapas do JEMG (Regional e Estadual) e etapas nacionais dos jogos escolares, oriundo das informações colhidas nos questionários respondidos pelos entrevistados.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 1.6 - Número de escolas participantes no JEMG

Descrição: O indicador irá calcular o número de escolas que participarem das etapas Microrregional e Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG em todas as modalidades, módulos e cidades-sede. Será considerado “escola participante” aquela que tiver uma equipe de modalidade coletiva/paradesportiva ou atleta de uma modalidade individual/paradesportiva, comprovadamente participante de alguma etapa do evento por meio das súmulas. A mesma escola será contabilizada, no máximo, uma vez em cada período avaliatório.

A avaliação desse indicador deverá considerar:

- No segundo e no sexto período avaliatório as escolas participantes da Etapa Microrregional do JEMG
- No terceiro e no sétimo período avaliatório as escolas participantes da Etapa Estadual do JEMG.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de escolas participantes no JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Sistema de gerenciamento do JEMG, boletins e súmulas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 1.7 - Percentual de municípios participantes em relação aos inscritos

Descrição: O indicador busca medir a efetividade do número de municípios inscritos, mensurando o percentual de municípios participantes dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, nas etapas Microrregional e Estadual. O objetivo é fomentar não somente um aumento no número de municípios inscritos, mas principalmente um aumento no número de municípios participantes, buscando que após a inscrição os municípios não desistam de sua participação no JEMG.

Fórmula de Cálculo:

2º e 6º Período Avaliatório

(Nº de municípios participantes na Etapa Microrregional / Nº de municípios inscritos na Etapa Microrregional) x 100

3º e 7º Período Avaliatório

(Nº de municípios participantes na Etapa Estadual / Nº de municípios inscritos na Etapa Estadual) x 100

Unidade de Medida: Percentual.



Fonte de Comprovação: Relatório emitido pelo sistema de gerenciamento do JEMG, após lançamento das súmulas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

ÁREA TEMÁTICA 2: COMUNICAÇÃO

Compete à “Área Temática 5 Comunicação” os indicadores referentes às mídias sociais oficiais dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, à relação com a imprensa local, estadual e nacional, bem como à comunicação oficial das redes sociais do JEMG.

Indicador 2.1 - Número de inserções geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos impressos.

Descrição: A OSCIP deve buscar, por meio do trabalho de assessoria de imprensa e relações públicas, inserir veiculações espontâneas do JEMG em mídia impressa, televisiva, radio difusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos impressos. O objetivo é ampliar o conhecimento e divulgação do JEMG para a sociedade, visando a melhora da visibilidade e publicidade do evento. O indicador irá mensurar o número de inserções publicitárias relativas aos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG e da participação de atletas mineiros nos Jogos Escolares da Juventude ou nas Paralimpíadas Escolares. Não serão consideradas matérias veiculadas nas páginas da SEDESE, SUBESP e SEE.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de inserções coletadas em mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos impressos.

Unidade de Medida: Número acumulado de inserções

Fonte de comprovação: Cópia das inserções publicitárias publicadas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 2.2 - Número de seguidores nas mídias sociais

Descrição: As mídias sociais devem possuir importância crescente enquanto ferramenta de comunicação dos Jogos, principalmente pelo fato de o público-alvo ser jovem e estar diretamente envolvido com novas tecnologias. Compete à OSCIP divulgar os Jogos por meio dos canais eletrônicos e criar mecanismos de interação que estimulem o público-alvo a se tornar seguidor do JEMG.

O indicador irá contabilizar o número de “seguidores” do perfil do twitter @JEMG_oficial (https://twitter.com/JEMG_oficial) e do instagram @oficial.jemg (<https://www.instagram.com/oficial.jemg/>), bem como o número de “curtidas” da fanpage oficial do JEMG no Facebook @oficial.JEMG (<https://www.facebook.com/oficial.JEMG/?fref=ts>). Esses valores serão somados e contabilizados de maneira conjunta,



independente de uma mesma pessoa ter “curtido” a fanpage no Facebook e ser “seguidora” dos perfis do Twitter e Instagram simultaneamente.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de seguidores nos perfis oficiais do JEMG no Twitter, Instagram e Facebook.

Unidade de Medida: Número Absoluto.

Fonte de comprovação: Print das telas com data (último dia do período avaliatório em análise), que conste o número de seguidores/curtidas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

ÁREA TEMÁTICA 3: CAPTAÇÃO DE PARCERIAS

Compete à “Área Temática 3: Captação de Parcerias” os indicadores referentes ao processo de captação de recursos e parceiros para potencializar serviços e incrementar do escopo do Termo de Parceria, no sentido de prover melhorias e novos serviços/funcionalidades aos beneficiários da política pública.

3.1 Número de instrumentos de parcerias com entidades para apoio qualitativo à atividade do Termo de Parceria

Descrição: A realização de parcerias com outras organizações, públicas ou privadas, que possam contribuir qualitativamente para a realização da política pública é importante para o desenvolvimento da atividade prevista no Termo de Parceria. Esse indicador tem como objetivo medir o esforço da OSCIP no estabelecimento de parcerias que fornecerão recursos humanos e serviços de apoio à execução do JEMG. Não são avaliadas nesse indicador as parcerias que envolvam recursos financeiros ou doação de materiais e equipamentos.

A OSCIP deverá firmar parcerias com o objetivo de agregar valor à atividade, possibilitando melhorias na realização das ações do Termo de Parceria, tais como parcerias com universidades, hospitais, clínicas e outras organizações do terceiro setor. Não serão aceitas parcerias firmadas junto às prefeituras sede das competições, visto que tais instituições já se tornam parcerias no ato de entrega do Caderno de Encargos 2 da competição.

Serão consideradas as seguintes parcerias:

Atendimento Médico	Parceria com clínicas e hospitais e instituições de ensino, tendo em vista potencializar o suporte médico/fisioterápico nos locais de competição e alojamentos.
Segurança	Parceria com, forças policiais e empresas ligadas à vigilância e segurança, tendo em vista potencializar a seguridade dos locais de

² Documento em que o município sede declara possuir todos os requisitos estruturais, recursos humanos e serviços necessários para o sedimento de etapa do JEMG.



	competição e alojamentos.
--	---------------------------

Serão aceitas nesse indicador parcerias, convênios, termos de compromisso, acordos e outros instrumentos firmados entre as partes, desde que não envolvam a prestação de serviços com objetivo comercial, custos financeiros para a OSCIP ou que restrinjam o caráter público da política realizada.

Cada instrumento de parceria será contabilizado apenas uma vez, de acordo com a etapa executada dos jogos, sendo o resultado do indicador medido ao final de cada período avaliatório.

Cabe ressaltar que estas parcerias visam apenas incrementar a execução da política, não eximindo a OSCIP de nenhuma de suas obrigações pactuadas no plano de trabalho.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de parcerias realizadas para execução das Etapas Microrregional (2º e 6º período avaliatório), Regional e Estadual (3º e 7º período avaliatório).

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Instrumento jurídico firmado entre as partes, assinado pela OSCIP e pelo responsável pela entidade parceira.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

3.2 Arrecadação acumulada de receita

Descrição: O objetivo do indicador é mensurar o montante acumulado de recursos arrecadados oriundos de fontes distintas dos repasses previstos no termo de parceria, em conformidade com as disposições do Decreto Estadual nº 47.554, de 10 de dezembro de 2019. São consideradas, para o presente Termo de Parceria, como receitas arrecadadas:

- Patrocínios diretos advindos da prestação de serviços previstos ou em decorrência do termo de parceria;
- Recursos direcionados ao fomento de projetos relacionados diretamente ao objeto do termo de parceria;
- Direitos sobre marcas e patentes, advindos da execução do termo de parceria;
- Recursos captados por meio de renúncia fiscal (Leis de incentivo) de qualquer dos entes federados;
- Recursos advindos de incentivo fiscal relacionados à execução do objeto do termo de parceria;
- Permuta envolvendo a disponibilização de materiais esportivos, uniformes ou itens de premiação;

Todas as receitas arrecadadas pela Oscip previstas no termo de parceria serão obrigatoriamente aplicadas na execução do objeto do instrumento jurídico, devendo constar das prestações de contas anuais e de extinção. As receitas



arrecadadas pela Oscip, previstas no termo de parceria, que excederem às metas pactuadas deverão ser revertidas ao cumprimento do objeto social da entidade sem fins lucrativos.

Realizada a arrecadação de recursos, poderão ser realizados incrementos no plano de trabalho, tais como a realização de capacitações paradesportivas e de eventos de premiação dos estudantes-atletas que se destacaram no ano, criação de aplicativo para melhorar a interação e a comunicação com os estudantes-atletas, disponibilização de centro de convivência durante a realização dos jogos estudantis, e etc.; conforme as diretrizes estabelecidas pela SUBESP/SEDESE.

A Oscip poderá abrir contas bancárias específicas, quantas forem necessárias, para movimentar as receitas aqui descritas, de acordo com as orientações do OEP ou legislação específica que regulamente a utilização desses recursos.

Ainda que não sejam oriundas diretamente do repasse de recursos orçamentários e financeiros por parte da administração pública estadual, as receitas arrecadadas previstas no termo de parceria, deverão obedecer, em sua aplicação, aos regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas.

A Oscip deverá informar, nos Relatórios de Resultados, para cada uma das fontes de receitas descritas neste indicador, o total bruto recebido no exercício em regime de competência, a forma de arrecadação e o incentivador.

Caso a arrecadação de recursos aconteça por meio de leis de incentivo ao esporte (nacional, estaduais ou municipais), eventuais saldos de receitas de captação de patrocínios incentivados poderão ser transportados de um exercício para outro, desde que o objeto dos projetos incentivados seja igualmente transportado para o novo exercício. Nenhum outro tipo de saldo poderá ser contabilizado mais de uma vez para efeitos deste indicador

Fórmula de Cálculo:

2º e 6º período avaliatório

Somatório do montante arrecado ao final do primeiro semestre do exercício.

4º e 8º período avaliatório

Somatório do montante arrecado ao final do segundo semestre do exercício.

Unidade de medida: Reais (R\$)

Fonte de Comprovação: Extrato da conta bancária específica para movimentação das receitas arrecadadas

Polaridade: Maior melhor

Cálculo de desempenho: (Realizado/Meta) x 10

3.3 Número de projetos de captação submetidos

Descrição: Para viabilizar a arrecadação e o incremento das atividades realizadas no âmbito do termo de parceria, a Oscip deverá elaborar e submeter, de acordo com as diretrizes da SUBESP/SEDESE, projetos relacionados ao esporte e



paradesporto educacional, que possibilitem o incremento das atividades realizadas no âmbito do termo de parceria, em mecanismos públicos de incentivo e fomento ao esporte.

A proposta deverá ter como premissa a entrada de recursos oriundos de outras fontes, distintas do recurso repassado pelo tesouro estadual por meio do termo de parceria, para viabilizar o incremento das atividades voltadas à realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais e ao fomento do esporte e paradesporto educacional.

O incremento das atividades pode ser viabilizado por meio de projetos que tenham como objetivos a ampliação das metas e/ou proposição de novas ações, com o objetivo de potencializar a qualidade dos serviços disponibilizados aos beneficiários do JEMG.

A versão final do material elaborado deverá ser aprovada pela SUBESP/SEDESE para validação do conteúdo, sendo tal aprovação condição para que o projeto seja considerado apto à apresentação. Após a aprovação o projeto deverá ser submetido a mecanismos públicos de incentivo e fomento ao esporte.

A Oscip será responsável por todas as etapas de elaboração e submissão dos projetos.

Cada projeto de captação submetido será contabilizado apenas uma vez, sendo o resultado do indicador medido ao final de cada período avaliatório

Fórmula de Cálculo: Somatório de projetos de captação aprovados pela SUBESP e submetidos pela Oscip nos mecanismos de incentivo/fomento.

Unidade de medida: Número absoluto

Fonte de Comprovação: E-mail de aprovação do projeto de captação de recursos pela SUBESP/SEDESE (boletim de inscrição) e documento que comprove a submissão de projetos à determinado mecanismo de incentivo fiscal.

Polaridade: Maior melhor

Cálculo de desempenho: $(\text{Realizado}/\text{Meta}) \times 10$

3.4 Percentual de aprovação dos projetos de captação de recursos

Para viabilizar a arrecadação de recursos financeiros e materiais que possam incrementar as atividades do Programa da Trabalho, a Oscip deverá ter sucesso na aceitação dos seus projetos (previamente aprovados pela SUBESP/SEDESE) apresentados a mecanismos de incentivo e fomento ao esporte. Neste indicador será aferido o percentual de projetos aprovados para recebimento de recursos por meio de captação em relação ao total de projetos elaborados pela Oscip.

A submissão dos projetos à aprovação poderá ser realizada por meio da inscrição do projeto em editais de fomento à realização de políticas públicas, submissão à aprovação pela lei de incentivo ao esporte e demais mecanismos públicos de incentivo e fomento ao esporte.

Fórmula de Cálculo: $\text{Total de projetos para arrecadação de recursos aprovados para recebimento de recursos por meio de captação} / \text{Total de projetos submetidos pela Oscip e aprovados pela SUBESP/SEDESE} \times 100\%$.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade de medida: Percentual

Fonte de Comprovação: Comprovante da aprovação do projeto de arrecadação de recursos tais como publicação de portaria de aprovação e/ou prorrogação de execução (lei Federal); apresentação de certificado de aprovação e/ou ofício-aprovação no período de prorrogação de execução (lei Estadual); apresentação de certificado de aprovação e/ou publicação da portaria de aprovação (lei Municipal).

Polaridade: Maior melhor

Cálculo de desempenho: $(\text{Resultado} / \text{Meta}) \times 10$



4. QUADRO DE PRODUTOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	2020			2021		
			Início	Término	Período Avaliatório	Início	Término	Período Avaliatório
1 Etapas Microrregional, Regional, Estadual e Nacional.	1.1 Entregar tabela de planejamento das ações e produtos inerentes à execução das etapas	10	Mês 01	Mês 02	1º	Mês 13	Mês 14	5º
	1.2 Regulamentos Geral e Específicos das modalidades coletivas e xadrez.	5	Mês 01	Mês 02	1º	Mês 13	Mês 14	5º
	1.3 Relatório da etapa Microrregional	10	Mês 04	Mês 06	2º	Mês 16	Mês 18	6º
	1.4 Relatório da Etapa Regional	10	Mês 07	Mês 07	3º	Mês 19	Mês 19	7º
	1.5 Regulamentos específicos das modalidades paradesportivas e individuais.	5	Mês 04	Mês 05	2º	Mês 16	Mês 17	6º



Área Temática	Produto	Peso (%)	2020			2021				
			Início	Término	Período Avaliatório	Início	Término	Período Avaliatório		
	1.6	Relatório da Etapa Estadual	10	Mês 08	Mês 09	3º	Mês 20	Mês 21	7º	
	1.7	Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude	5	Mês 06	Mês 07	3º	Mês 18	Mês 19	7º	
	1.8	Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nas Paralimpíadas Escolares	5	Mês 06	Mês 07	3º	Mês 18	Mês 19	7º	
	1.9	Relatório da Etapa Nacional	10	Mês 11	Mês 12	4º	Mês 23	Mês 24	8º	
2	Comunicação	2.1	Plano de comunicação do JEMG.	10	Mês 01	Mês 02	1º	Mês 13	Mês 14	5º
		2.2	Relatório de execução do plano de comunicação do JEMG	10	Mês 08	Mês 09	3º	Mês 20	Mês 21	7º



Área Temática	Produto		Peso (%)	2020			2021			
				Início	Término	Período Avaliatório	Início	Término	Período Avaliatório	
3	Captação de parcerias	3.1	Plano de arrecadação de recursos	10	Mês 02	Mês 03	1º	Mês 14	Mês 15	5º



5. ATRIBUTOS DOS PRODUTOS

ÁREA TEMÁTICA 1: ETAPAS MICRORREGIONAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL

Produto 1.1- Tabela de planejamento da execução das etapas

Descrição: A tabela de planejamento corresponde a um plano de ação do setor finalístico como um todo, planejando ações desde o momento da inscrição dos estudantes-atletas até a entrega dos boletins finais de execução de cada uma das etapas do JEMG. Nesse sentido, atua como um grande painel de controle que irá possibilitar o acompanhamento do andamento das ações por parte da SUBESP. É o documento que estabelece o cronograma: da execução da inscrição de municípios e estudantes-atleta; das reuniões técnicas e vistorias, bem como da entrega de seus relatórios; da publicação do chaveamento das competições; da execução de cada cidade sede das Etapas Microrregional, Regional e Estadual; do envio das súmulas, da escala de trabalho e dos pré e pós-releases de cada cidade sede. Todos os documentos elencados serão entregues à entidade pela SUBESP, no intuito de padronizar as informações apresentadas em cada um.

Critério de Aceitação: Planilha encaminhada, conforme modelo disponibilizado, e aprovada pela SUBESP dentro do prazo

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado

Produto 1.2- Regulamentos geral e específicos das modalidades coletivas e xadrez

Descrição: A atualização dos regulamentos, geral e específicos das modalidades coletivas e xadrez, se faz necessária para a frequente adequação das disputas esportivas ao regramento oficial das modalidades disputadas e para o estabelecimento do modus operandi do sistema de inscrições, do sistema de disputas e da gestão da participação dos beneficiários. Além da atualização das regras da competição em relação a possíveis mudanças no regulamento oficial de determinada modalidade, tais reformulações consolidam as mudanças solicitadas por técnicos e representantes municipais no Seminário de Avaliação do JEMG, ocorrido ao final exercício anterior.

A SUBESP encaminhará os regulamentos do ano anterior para a OSCIP e passará as diretrizes para reformulação dos mesmos para o exercício. Munida de tais diretrizes, a OSCIP deverá executar as atualizações solicitadas e encaminhar as minutas de regulamento, para avaliação da SUBESP e SEE e posterior oficialização dos instrumentos.

Critério de Aceitação: Proposta de Regulamento Geral e os Regulamentos Específicos das modalidades coletivas e de xadrez, conforme modelo definido, enviados por e-mail e aprovados pela SUBESP e SEE dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.



Produto 1.3 - Relatório da etapa Microrregional

Descrição: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa microrregional do JEMG, conforme modelo a ser disponibilizado. O relatório irá consolidar os dados dos boletins diários dos jogos de cada sede da etapa, apresentando informações sobre o número de estudantes, municípios e escolas participantes, bem como o número de jogos realizados e os resultados finais da etapa. São consolidados, também, as dificuldades enfrentadas nas execuções, relatadas por colaboradores que atuaram *in loco*, como forma de levantar feedbacks para a otimização de futuras ações.

Critério de Aceitação: Relatório encaminhado, conforme modelo disponibilizado, e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado .

Produto 1.4 - Relatório da Etapa Regional

Descrição: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa regional do JEMG, conforme modelo a ser disponibilizado. O relatório irá consolidar os dados dos boletins diários dos jogos de cada sede da etapa, apresentando informações sobre o número de estudantes, municípios e escolas participantes, bem como o número de jogos realizados e os resultados finais da etapa. São consolidadas, também, as dificuldades enfrentadas nas execuções, relatadas por colaboradores que atuaram *in loco*, como forma de levantar feedbacks para a otimização de futuras ações.

Critério de Aceitação: Relatório encaminhado, conforme modelo disponibilizado, e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.

Produto 1.5- Regulamentos específicos das modalidades paradesportivas e individuais

Descrição: A atualização dos regulamentos das modalidades paradesportivas e individuais se faz necessária para a frequente adequação das disputas esportivas ao regramento oficial das modalidades disputadas, bem como atender diretrizes emanadas pelo Comitê Olímpico do Brasil e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Além da atualização das regras da competição em relação a possíveis mudanças no regulamento oficial de determinada modalidade, tais reformulações consolidam as mudanças solicitadas por técnicos e representantes municipais no Seminário de Avaliação do JEMG, ocorrido ao final exercício anterior.

Critério de Aceitação: Proposta de Regulamento das modalidades paradesportivas e individuais, conforme modelo definido, enviados por e-mail e aprovados pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.



Produto 1.6 - Relatório da Etapa Estadual

Descrição: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa estadual do JEMG, conforme modelo a ser disponibilizado. O relatório irá consolidar os dados dos boletins diários dos jogos de cada modalidade disputada, apresentando informações sobre o número de estudantes, municípios e escolas participantes, bem como o número de jogos realizados e os resultados finais da etapa. São consolidadas, também, as dificuldades enfrentadas nas execuções, relatadas por colaboradores que atuaram *in loco*, como forma de levantar feedbacks para a otimização de futuras ações.

Critério de Aceitação: Relatório encaminhado, conforme modelo disponibilizado, e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.

Produto 1.7- Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude

Descrição: O Plano de Ação é o documento elaborado para estruturar todas as ações necessárias para a participação dos vencedores da etapa Estadual do JEMG na etapa Nacional do desporto escolar, com o objetivo de garantir um planejamento da atuação da entidade no que diz respeito aos prazos emanados pelo Comitê Olímpico do Brasil. Deverá apresentar um cronograma de ações com, no mínimo: envio do termo de adesão do Estado no evento; envio da proposta de critérios de convocação dos técnicos e dos atletas que representarão Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude; definição dos quantitativos da delegação mineira por modalidade; convocação da delegação; levantamento da documentação necessária para inscrição junto aos participantes; cadastro da delegação no site; proposta de matriz de responsabilidades dos profissionais que trabalharão nos Jogos Escolares da Juventude

Critério de Aceitação: Plano de ação encaminhado e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.

Produto 1.8- Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nas Paralimpíadas Escolares

Descrição: O Plano de Ação é o documento elaborado para estruturar todas as ações necessárias para a participação dos vencedores da etapa Estadual do JEMG na etapa Nacional do paradesporto escolar, com o objetivo de garantir um planejamento da atuação da entidade no que diz respeito aos prazos emanados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Deverá apresentar um cronograma de ações com, no mínimo: envio do termo de adesão do Estado no evento; envio da proposta de critérios de convocação dos técnicos e dos atletas que representarão Minas Gerais nas Paralimpíadas Escolares; definição dos quantitativos da delegação mineira por modalidade; convocação da delegação; levantamento da documentação necessária para inscrição junto



aos participantes; cadastro da delegação no site; proposta de matriz de responsabilidades dos profissionais que irão compor a delegação.

Critério de Aceitação: Plano de ação encaminhado e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.

Produto 1.9 - Relatório da Etapa Nacional

Descrição: Relatório contendo informações sobre a execução da Etapa Nacional (Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares), conforme modelo a ser disponibilizado. O relatório tem como objetivo consolidar as despesas logísticas do traslado dos estudantes-atleta (alimentação e transporte) de suas cidades de origem ao local da competição nacional e consolidar os resultados alcançados pela delegação mineira nas competições. Além disso, são coletados relatos e sugestões de membros da delegação, para o levantamento de falhas a serem corrigidas em eventos futuros e cases de sucesso originários do contato com demais delegações estaduais.

Critério de Aceitação: Relatório encaminhado, conforme modelo disponibilizado, e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.

ÁREA TEMÁTICA 2: COMUNICAÇÃO

Produto 2.1- Plano de comunicação do JEMG.

Descrição: O plano de comunicação se faz importante para ações assertivas de comunicação, no sentido de promover a imagem da competição e possibilitar o aproveitamento do grande potencial arrecadatário do meio esportivo. Consiste no documento que estabelece o modus operandi das ações a serem desempenhadas com o objetivo de dar publicidade e promover a imagem do JEMG em veículos midiáticos e redes sociais, além da utilização de materiais físicos de comunicação (banners, backdrops, entre outros). Nesse sentido, orienta a utilização, por parte da entidade, das ferramentas de comunicação disponíveis, tais como: cartas, press release, matérias, e-mails, site, redes sociais e material publicitário fornecido pela SUBESP.

Critério de Aceitação: Plano de Comunicação encaminhado, conforme modelo disponibilizado, e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.

Produto 2.2- Relatório de comunicação do JEMG.

Descrição: O relatório de comunicação apresenta os resultados alcançados pelas ações de comunicação desempenhadas ao longo do ano, fazendo uma comparação entre as metas estabelecidas no plano de comunicação e o atendimento das mesmas, além do status de cumprimento de prazo das ações acertadas



para o exercício. Deverão ser apresentados, também, comentários acerca das dificuldades e êxitos encontrados ao longo do exercício, bem como um resumo informativo da execução da presstrip³ exigida para a etapa Estadual.

Critério de Aceitação: Relatório encaminhado, conforme modelo disponibilizado, e aprovado pela SUBESP dentro do prazo.

Fonte de comprovação: E-mail da SUBESP para o OSCIP confirmando a aprovação do documento encaminhado.

ÁREA TEMÁTICA 3: CAPTAÇÃO DE PARCERIAS

Produto 3.1- Plano de arrecadação de recursos

Descrição: Para viabilizar o incremento das atividades realizadas no âmbito do termo de parceria, considerando as metas de captação de recursos, a Oscip deverá apresentar plano que demonstre como alcançará os montantes previstos, contendo a estratégia de geração de receita, por meio do JEMG e demais ações de fomento ao desporto e paradesporto educacional, e a definição de como ocorrerá a captação dos recursos incentivados a partir da competência de 2020.

O plano deverá conter a tipificação das fontes de receitas que a Oscip planeja captar ao longo da vigência do termo de parceria. Para cada tipo de receita, deverá constar o detalhamento da estratégia que será adotada, os impactos em resultados esperados, os montantes que se espera levantar, os possíveis parceiros e credores, os prazos para a realização de cada ação, dentre outros pontos relevantes. Deverá também tratar sobre a estratégia que a Oscip utilizará para o estímulo às doações de pessoas físicas, se for o caso.

Tal detalhamento deverá tratar de valores pretendidos, expectativa de início e fim das atividades, duração dos contratos, características desejadas das organizações parceiras, modelo da relação comercial entre a Oscip e os parceiros, entre outros.

O plano também deverá conter planejamento de captação por meio de projetos de captação, com quantitativo de projetos, objetos e vigências esperados, respectivos mecanismos de incentivo, possíveis parceiros, valores, dentre outros.

Finalmente, o plano deverá conter as estimativas de arrecadação com exploração publicitária dos espaços de realização dos jogos e exploração da marca JEMG, discriminando as atividades que se espera realizar, os montantes que se espera aferir e o planejamento de início e fim das respectivas atividades.

A Oscip deverá prever no plano, o cronograma de cumprimento das ações ao longo da vigência do termo de parceria, cujos prazos deverão ser previamente pactuados com a SUBESP/SEDESE.

O plano de exploração deverá ser entregue ao OEP para sua validação com antecedência ao início das ações de preparação para a sua implementação.

³ Evento que conta com a participação de jornalistas, com o objetivo promover a imagem do JEMG e nortear a cobertura de imprensa ao longo das competições a serem realizadas na etapa Estadual.



A Oscip será responsável por todas as etapas de elaboração e implementação.

A versão final do material elaborado deverá ser aprovada pela SUBESP/SEDESE para validação do conteúdo e do cronograma de implementação.

Critério de Aceitação: Plano de captação elaborado pela OSCIP e aprovado pelo OEP no prazo

Fonte de comprovação: E-mail de aprovação do plano de arrecadação de recursos enviado pelo OEP à OSCIP.



6. CRONOGRAMA E QUADRO DE PESOS PARA AVALIAÇÃO

6.1. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÕES

AVALIAÇÃO	PERÍODO AVALIADO	MÊS
1ª Avaliação	01/2020 a 03/2020	04/2020
2ª Avaliação	04/2020 a 06/2020	07/2020
3ª Avaliação	07/2020 a 09/2020	10/2020
4ª Avaliação	10/2020 a 12/2020	01/2021
5ª Avaliação	01/2021 a 03/2021	04/2021
6ª Avaliação	04/2021 a 06/2021	07/2021
7ª Avaliação	07/2021 a 09/2021	10/2021
8ª Avaliação	10/2021 a 12/2021	01/2022

6.2. QUADRO DE PESOS PARA AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO	QUADRO DE INDICADORES	QUADRO DE PRODUTOS
1ª Avaliação	30%	70%
2ª Avaliação	50%	50%
3ª Avaliação	60%	40%
4ª Avaliação	70%	30%
5ª Avaliação	30%	70%
6ª Avaliação	50%	50%
7ª Avaliação	60%	40%
8ª Avaliação	70%	30%



7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS

PARCELAS	VALOR (R\$)	MÊS	CONDIÇÕES
1ª Parcela	-	01/2020	Após a celebração do termo de parceria.
2ª Parcela		05/2020	realização da 1ª reunião da comissão de avaliação e aprovação da liberação de parcela pelo supervisor.
3ª Parcela		08/2020	realização da 2ª reunião da comissão de avaliação e aprovação da liberação de parcela pelo supervisor.
4ª Parcela		11/2020	realização da 3ª reunião da comissão de avaliação e aprovação da liberação de parcela pelo supervisor.
5ª Parcela		02/2021	realização da 4ª reunião da comissão de avaliação e aprovação da liberação de parcela pelo supervisor.
6ª Parcela		05/2021	realização da 5ª reunião da comissão de avaliação e aprovação da liberação de parcela pelo supervisor.
7ª Parcela		08/2021	realização da 6ª reunião da comissão de avaliação e aprovação da liberação de parcela pelo supervisor.
8ª Parcela		11/2021	realização da 7ª reunião da comissão de avaliação e aprovação da liberação de parcela pelo supervisor.



8 - QUADRO DE PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
SR Saldo Remanescente	-											
1 Entrada de Recursos												
1.1 Receitas												
1.1.1 Repasses do Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2 Receita Arrecadada Prevista no TP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Rendimentos de Aplicações Fin.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(E) Total de Entradas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Rem. (SR) + Ent. (E)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



2 Saída de Recursos

2.1 Gastos com Pessoal

2.1.1 Salários

2.1.2 Estagiários

2.1.3 Encargos

2.1.4 Benefícios

Subtotal (Pessoal):

2.2 Gastos Gerais

2.3 Aquisição de Bens Permanentes

2.4 Transferência para Reserva de Recursos

2.5 Custos de Desmobilização

(S) Total de Saídas:

	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24	Total	% do Total
SR Saldo Remanescente													-	0,00%



1 Entrada de Recursos

1.1 Receitas

1.1.1 Repasses do Termo de
Parceria -

1.1.2 Receita Arrecadada
Prevista no TP -

1.1.3 Outras Receitas -

1.2 Rendimentos de
Aplicações Fin. -

(E) Total de Entradas: -

S. Rem. (SR) + Ent. (E) -

**2 Saída de
Recursos**

2.1 Gastos com Pessoal

2.1.1 Salários

2.1.2 Estagiários - - - - -

2.1.3 Encargos



2.1.4 Benefícios

Subtotal (Pessoal):

2.2 Gastos Gerais

2.3 Aquisição de Bens
Permanentes

2.4 Transferência para
Reserva de Recursos

2.5 Custos de Desmobilização

(S) Total de Saídas:



ANEXO III DO TERMO DE PARCERIA – DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

O alcance do objeto do termo de parceria será avaliado por meio de reuniões da comissão de avaliação, que serão realizadas na periodicidade definida no Cronograma de Avaliações constante no Anexo II – Programa de Trabalho deste termo de parceria.

Competirá à comissão de avaliação:

- a) cumprir o Cronograma de Avaliações previsto no Anexo II – Programa de Trabalho, item 6.1, deste termo;
- b) analisar o relatório de monitoramento apresentado pelo supervisor do termo de parceria;
- c) solicitar ao OEP ou à Oscip, os esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;
- d) avaliar os resultados atingidos na execução do termo de parceria, de acordo com informações apresentadas pelo Supervisor do termo de parceria, e fazer recomendações para o sucesso dos produtos e indicadores;
- e) emitir relatório sobre a avaliação dos resultados obtidos no período avaliatório.

A comissão deverá calcular o desempenho de cada indicador e produto, conforme a metodologia constante neste Anexo, e emitir relatório conclusivo sobre os resultados obtidos no período avaliatório. A avaliação da comissão é subsidiada pelo relatório de monitoramento apresentado pelo Supervisor.

Os relatórios das reuniões da comissão de avaliação deverão demonstrar o que foi realizado até o momento, o indicativo de alcance do nível de desempenho acordado, os pontos problemáticos e proposições para o alcance das metas pactuadas para o próximo período.

Todos os repasses serão precedidos de uma reunião da comissão de avaliação, que emitirá relatório sobre a avaliação dos resultados alcançados, realizada de acordo com a sistemática de avaliação, de forma a demonstrar a nota obtida e registrar as recomendações para o próximo período, conforme modelo disponibilizado pela Seplag.

Nota referente ao alcance dos resultados do Quadro de Indicadores:

Ao final de cada período avaliatório, os indicadores serão avaliados a partir das informações de execução do termo de parceria apresentadas no relatório de resultados. O resultado do indicador é calculado conforme fórmula de cálculo pactuada nos seus atributos. A partir desse valor, para cada indicador será aplicada a regra de cálculo de desempenho, também pactuada, gerando-se com isso uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).



A nota do conjunto de indicadores avaliados no período será calculada pelo somatório da nota atribuída para cada indicador multiplicada pelo peso percentual respectivo, dividido pelo somatório dos pesos dos indicadores, conforme fórmula a seguir:

Fórmula 1 (F1) : Σ (nota de cada indicador x peso percentual respectivo) / Σ (pesos dos indicadores do referido período avaliatório)

Se na data da reunião de avaliação verificar-se que o cumprimento do indicador se deu fora do período avaliatório, ou seja, tiver havido um atraso no cumprimento da meta, a nota obtida em cada um desses indicadores, referente a parte que não foi cumprida dentro do prazo, será multiplicada por um fator de atraso calculado conforme abaixo:

Fator de atraso: $(30 - \text{N}^\circ \text{ de dias corridos de atraso}) / 30$

Nota referente ao alcance dos resultados do Quadro de Produtos:

Ao final de cada período avaliatório, os produtos serão avaliados a partir das informações de execução do termo de parceria apresentadas no relatório de resultados. Para cada produto será atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), de acordo com o quadro abaixo:

Produto	Nota atribuída
Produto entregue no prazo	10
Produto entregue com atraso	$(30 - \text{N}^\circ \text{ de dias corridos de atraso}) / 3$
Produto não entregue	Zero

A nota do conjunto de produtos avaliados no período será calculada pelo somatório da nota atribuída para cada produto multiplicada pelo peso percentual respectivo, dividido pelo somatório dos pesos dos produtos, conforme fórmula a seguir:

Fórmula 2 (F2): Σ (nota de cada produto x peso percentual respectivo) / Σ (pesos dos produtos do referido período avaliatório)

Nota global



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A nota global do termo de parceria no período avaliatório em questão será calculada pela ponderação das notas do Quadro de Indicadores e do Quadro de Produtos, de acordo com o respectivo percentual estabelecido no Quadro de Pesos para Avaliação, definido no Anexo II – Programa de Trabalho, item 6.2, conforme fórmula a seguir:

Fórmula 3 (F3): (Resultado de F1 x Peso Percentual para Indicadores + Resultado da F2 x Peso Percentual para os Produtos) / 100%

O resultado obtido é, então, enquadrado da seguinte forma:

Nota	Conceito
10,00	Excelente
De 9,99 a 9,00	Muito Bom
De 8,00 a 8,99	Bom
De 6,00 a 7,99	Regular
Abaixo de 6,00	Insatisfatório



Excepcionalidades

Para que a regra da avaliação de cumprimento de meta de indicadores e produtos com atraso seja utilizada, no dia da reunião da comissão de avaliação deverá ser apresentado, pelo supervisor do termo de parceria, um documento complementar ao relatório de monitoramento, atestando a conferência da respectiva fonte de comprovação e a realização da meta ou entrega do produto com atraso.

A comissão de avaliação somente poderá se utilizar do expediente da desconsideração de indicadores ou produtos, expurgando-os da nota global do termo de parceria no período avaliatório, em situações excepcionais. Para haver essa desconsideração, são condições indispensáveis:

- a) a apresentação no Relatório de Monitoramento dos pleitos e motivos apresentados pela Oscip, ao solicitar a desconsideração no Relatório Gerencial;
- b) o voto favorável de maioria simples dos membros da Comissão presentes na reunião, cabendo o voto de desempate ao supervisor.

Observações

Caso a comissão de avaliação constate alguma irregularidade, ela poderá sugerir a rescisão da parceria, justificando seu posicionamento, ainda que a nota atribuída à parceria seja igual ou superior a 06 (seis). A decisão conclusiva quanto à rescisão ou não do termo de parceria caberá ao dirigente máximo do oep, respeitadas as disposições previstas na legislação que regulamenta os termos de parceria.



ANEXO V – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DAS ETAPAS MICRORREGIONAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.

Para a execução das etapas Microrregional, Regional e Estadual, bem como dar suporte à participação da delegação mineira nas etapas nacionais dos jogos escolares (Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares), a entidade deverá contratar serviços de mão de obra terceirizada para atuação *in loco*. Os contratados irão constituir as equipes de coordenação em cada cidade-sede, no caso das etapas do JEMG, e a equipe de apoio (médico e fotográfico), no caso das etapas nacionais.

Os contratados terão despesas com alimentação, hospedagem e transporte acobertadas pelo Termo de Parceria. Cabe ressaltar, no entanto, que os contratados residentes na cidade sede da competição terão direito, apenas, a 01 (uma) refeição por dia de trabalho, não sendo permitida a inserção de despesas com transporte e hospedagem.

SERVIÇOS TEMPORÁRIOS A SEREM CONTRATADOS:

Coordenador de Execução: atuará apenas na Etapa Microrregional. Responsável por coordenar todas as ações do Comitê Organizador Local, reportar à entidade e ao poder público do andamento das ações realizadas na cidade sede, coordenar a execução da Reunião Técnica e vistorias anteriores à realização das etapas, comandar a execução da sede e elaborar documentos relativos à execução após seu encerramento. O contratado deverá ser graduado no curso de Educação Física e ser registrado no Conselho Regional de Educação Física – CREF.

Assistente de Execução: responsável por dar o suporte necessário ao Coordenador de Execução, realizar a conferência das premiações e uniformes de coordenação a serem utilizados na etapa, realizar a programação da tabela das competições, percorrer os locais de competição e alojamento, encaminhar as pré-sumulas aos locais de competição e fazer o atendimento ao público. O contratado deverá ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e, preferencialmente, ser morador da cidade sede da execução.

Delegado de quadra: responsável pela recepção das equipes em quadra, por realizar a conferência de documentos e confirmações para o início das partidas/competições, por vistoriar os locais de competição, pelo encaminhamento das súmulas de jogo ao comitê, por acompanhar (diariamente) a lista de punidos, receber recursos/relatórios emitidos pelos árbitros e gerenciar fatos excepcionais ocorridos durante a partida. O contratado deverá ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e, necessariamente, ser morador da cidade sede da execução.



Ajudante de logística: Encarregado pelo envio e recebimento de materiais diversos, organização e separação destes materiais para armazenamento, controle e conferência de estoque, assistência no carregamento, descarregamento e montagem dos equipamentos necessários para a execução do JEMG, garantindo uma eficiente distribuição e conservação do material e equipamentos necessários à realização do evento. O contratado deverá ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e, necessariamente, ser morador da cidade sede da execução.

Coordenador de modalidade atuará apenas na Etapa Estadual. Responsável pela coordenação de determinada modalidade esportiva/paradesportiva, garantindo a realização das disputas conforme prevê o regulamento geral e específico da modalidade, bem como o regramento específico da mesma. Além disso, é responsável pelo controle das súmulas e lista de punidos, por comandar as reuniões técnicas e vistorias, por emitir os boletins oficiais da modalidade e acompanhar as execuções nos locais de competição. O contratado deverá ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

Classificador funcional: atuará apenas na etapa Estadual. Responsável por determinar a elegibilidade dos estudantes-atletas de modalidades para pessoas com deficiência e agrupá-los, conforme tipos de lesão ou restrição motora-psicológica, em classes para a disputa das competições. O contratado deverá ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e possuir certificado emitido pela instituição responsável pela administração da modalidade (estadual ou nacional).

Fisioterapeuta: atuará apenas na Etapa Nacional. Responsável por prestar assistência à delegação mineira nas etapas nacionais dos jogos escolares, atuando na prevenção, tratamento e recuperação das lesões que porventura ocorram. O contratado deverá ser graduado no curso de Fisioterapia e ser registrado no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO

Enfermeiro: atuará apenas na Etapa Nacional. Responsável pelos cuidados diretos aos casos graves e de maior complexidade técnica, que são aqueles que exigem base científica e que demandem decisões imediatas. Deverá ser graduado no curso de Enfermagem e ser registrado no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Médico: atuará apenas na Etapa Nacional. Responsável por garantir a prevenção de doenças relacionadas à imunidade e/ou relacionadas ao desgaste físico, além de auxiliar na otimização da recuperação após lesões. O contratado deverá ser graduado no curso de Medicina e ser registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM.



SERVIÇOS TEMPORÁRIOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DAS ETAPAS DO JEMG E PARTICIPAÇÃO DA DELEGAÇÃO MINEIRA NAS ETAPAS NACIONAIS:

Apresenta-se, abaixo, a composição das equipes mínimas de trabalho para a execução das etapas Microrregional, Regional e Estadual do JEMG, bem como o staff mínimo de profissionais que darão suporte à delegação mineira nas etapas nacionais.

Cabe ressaltar, no entanto, que a contratação de demais profissionais poderá ser demandada à entidade, como forma de tratar fatos supervenientes e possibilitar a implementação de novas ações com recursos captados.

Etapa Microrregional (cada execução):

- 01 (um) Coordenador de Execução
- 01 (um) Assistente de Execução
- 01 (um) Delegado de Quadra para cada local de competição utilizado

Etapa Regional (cada execução):

- 02 (dois) Assistentes de Execução
- 02 (dois) Ajudantes de Logística
- 01 (um) Delegado de Quadra para cada local de competição utilizado

Etapa Estadual

- 01 (um) Coordenador de Modalidade para cada modalidade a ser executada⁴
 - 01(um) Assistente de Execução⁵ para cada modalidade a ser executada (seja ela coletiva, individual ou paradesportiva)
 - 08 (oito) Ajudantes de Logística⁶
 - 01 (um) Delegado de Quadra para cada local da competição utilizado
- Classificadores Funcionais para modalidades paradesportivas (quantitativo será estudado após a realização da Reunião Técnica da etapa).

⁴ Os Analistas Esportivos (celetistas do Termo de Parceria) ocuparão 06 (seis) cargos de Coordenador de Modalidade e não farão jus a pagamento de RPA, de forma a desonerar o instrumento jurídico.

⁵ Os Assistentes Técnicos (celetistas do Termo de Parceria) ocuparão 02 (duas) vagas de Assistente de Execução e não farão jus a pagamento de RPA, de forma a desonerar o instrumento jurídico.

⁶ Os Ajudantes de Logística (celetistas do Termo de Parceria) ocuparão 02 (duas) vagas e não farão jus a pagamento de RPA, de forma a desonerar o instrumento jurídico.



Etapa Nacional

Jogos Escolares da Juventude – JEJ (Etapa Regional e Nacional)

01 (um) Fisioterapeuta

Paralimpíadas Escolares

01 (um) Fisioterapeuta

01 (um) Enfermeiro

01 (um) Médico



ANEXO VI – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS PELA OSCIP PARA USO NOS JOGOS

As aquisições de materiais esportivos, premiação e uniformes são necessárias para a realização das competições esportivas do JEMG, para a valorização do desempenho dos estudantes-atletas e para a caracterização da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude e nas Paralimpíadas Escolares. Dessa forma, se faz necessária a aquisição dos materiais listados abaixo, com suas respectivas especificações e quantidades a serem definidas pela SUBESP, em comum acordo com a OSCIP, durante a celebração do termo de parceria, tendo em vista o histórico de execução dos últimos anos.

Cabe ressaltar que a aquisição de demais materiais poderá ser demandada à entidade, mediante contato feito pelo OEP, contendo a especificação do item e a quantidade a ser adquirida.

EXERCÍCIO 2020

Materiais Esportivos

Bola de Basquete Oficial Masculina (aproximadamente 190 unidades), confeccionada em PU e microfibra, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 75 cm a 78 cm de circunferência, pesando entre 600 e 650 gramas, matrizada, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Basquete Oficial Feminina (aproximadamente 125 unidades), confeccionada em PU e microfibra, matrizada, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 72 cm a 74 cm de circunferência, pesando entre 510 e 565 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Futsal Oficial (aproximadamente 425 unidades), confeccionada em PU, com gomos termo soldados, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 61 cm a 64 cm de circunferência, pesando entre 410 e 440 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Tênis de Mesa (aproximadamente 120 unidades), confeccionada em plástico, na cor branca, diâmetro de 40, estabelecida pela Federação Internacional de Tênis de Mesa.

Bola de Voleibol Oficial (aproximadamente 455 unidades), confeccionada em PU e microfibra, matrizada, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 65 cm a 67 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, com miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Vôlei de Areia (aproximadamente 56 unidades), confeccionada em PU e microfibra, com gomos termo soldados, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 65 cm a 68



cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, com miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Handebol Categoria H1 (aproximadamente 175 unidades), confeccionada em PU, costurada, dupla laminação, que proporcione alta aderência nas mãos, contendo em seu interior câmara em butil, com 49 cm a 52 cm de circunferência, pesando entre 230 a 270 gramas, miolo de silicone, removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Handebol Categoria H2 (aproximadamente 235 unidades), confeccionada em PU, costurada, dupla laminação, que proporcione alta aderência nas mãos, contendo em seu interior câmara em butil, com 54 cm a 56 cm de circunferência, pesando entre 325 e 400 gramas, miolo de silicone, removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Handebol Categoria H3 (aproximadamente 180 unidades), confeccionada em PU, costurada, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, que proporcione alta aderência nas mãos, com 58 cm a 60 cm de circunferência, pesando entre 425 e 475 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Peteca de Badminton (aproximadamente 60 unidades), desenvolvida em nylon, na cor amarela, com base em cortiça, envolvida por um anel de fita azul de 0,5mm de largura, com 8 cm a 9 cm de altura, pesando de 5 a 5,5 gramas.

Óculos de Goalball (aproximadamente 10 unidades), produzido em borracha, com espuma interna e ajuste de tamanho, aprovado pelo Comitê Paralímpico e IBSA (International Blind Sport Federation).

Bola de Futsal com guizo (aproximadamente 02 unidades), confeccionada em PU, Circunferência 62-65 cm, Peso 460g a 500g.

Números para a modalidade Atletismo (aproximadamente 2.000 unidades), em papel sintético 75g com impressão em alta resolução, com dimensão ½ A4. Necessária a aquisição de 7.000 alfinetes de segurança, niquelado tamanho 00.

Números para a modalidade Ciclismo (aproximadamente 200 unidades), em papel sintético 75g com impressão em alta resolução, formato ½ A4. Necessária a aquisição de 600 alfinetes de segurança, niquelado tamanho 00.

Adesivos para a modalidade Ciclismo (aproximadamente 400 unidades), 10 cm por 07 cm.

Premiação

Medalha Ouro (aproximadamente 12.300 unidades), na medida de 6x6cm (6 cm de diâmetro) com 4 mm de espessura na borda e 2 mm de espessura na parte central. Acabamento: banho eletrolítico em dourado (ouro). Produzidas pelo processo de fundição em metal zamak, com molde 3 d. Medalhas com passador para fita na medida de 90x2cm. Haverá a aplicação no verso de vinil adesivo e acabamento com resina fixado diretamente na peça para personalização das medalhas. Aplicação da logomarca do evento na frente em alto relevo e aplicação de logomarcas do governo no verso.



Medalha Prata (aproximadamente 11.100 unidades), na medida de 6x6cm (6 cm de diâmetro) com 4 mm de espessura na borda e 2 mm de espessura na parte central. Acabamento: banho eletrolítico em prata. Produzidas pelo processo de fundição em metal zamak, com molde 3 d. Medalhas com passador para fita na medida de 90x2cm. Haverá a aplicação no verso de vinil adesivo e acabamento com resina fixado diretamente na peça para personalização das medalhas. Aplicação da logomarca do evento na frente em alto relevo e aplicação de logomarcas do governo no verso.

Medalha Bronze (aproximadamente 10.200 unidades), na medida de 6x6cm (6 cm de diâmetro) com 4 mm de espessura na borda e 2 mm de espessura na parte central. Acabamento: banho eletrolítico em cobre velho (bronze). Produzidas pelo processo de fundição em metal zamak, com molde 3d. Medalhas com passador para fita na medida de 90x3cm. Haverá a aplicação no verso de vinil adesivo e acabamento com resina fixado diretamente na peça para personalização das medalhas. Aplicação da logomarca do evento na frente em alto relevo e aplicação de logomarcas do governo no verso.

Fitas para medalhas (aproximadamente 33.600 unidades), na medida de 90x2cm, fita em poliéster (100%) personalizadas pelo processo de sublimação.

Troféu Ouro (aproximadamente 72 unidades), em aço inox aisi 304 dourado, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química. Dimensões corpo: 14,5 x 20cm com 1,5mm de espessura. Pintura automotiva 01 cor. Base nas dimensões 19 x 7cm com 5cm de altura confeccionada em mdf, acabamento com cor te ovalado e aplicação de verniz. Personalização em plaqueta de aço inox aisi 304 dourado, na medida de 17 x 3cm e espessura de 0,6mm, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química, fixada na base.

Troféu Prata (aproximadamente 72 unidades), em aço inox aisi 304 prata, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química. Dimensões corpo: 14,5 x 20cm com 1,5mm de espessura. Pintura automotiva 01 cor. Base nas dimensões 19 x 7cm com 5cm de altura confeccionada em mdf, acabamento com cor te ovalado e aplicação de verniz. Personalização em plaqueta de aço inox aisi 304 dourado, na medida de 17 x 3cm e espessura de 0,6mm, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química, fixada na base

Troféu Bronze (aproximadamente 72 unidades), em aço inox aisi 304 bronze, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química. Dimensões corpo: 14,5 x 20cm com 1,5mm de espessura. Pintura automotiva 01 cor. Base nas dimensões 19 x 7cm com 5cm de altura confeccionada em mdf, acabamento com cor te ovalado e aplicação de verniz. Personalização em plaqueta de aço inox aisi 304 dourado, na medida de 17 x 3cm e espessura de 0,6mm, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química, fixada na base.

Uniformes

Camisa P (aproximadamente 620 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.



Camisa M (aproximadamente 950 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Camisa G (aproximadamente 720 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Camisa GG (aproximadamente 270 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Camisa EG (aproximadamente 60 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça P (aproximadamente 130 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça M (aproximadamente 180 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça G (aproximadamente 100 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça GG (aproximadamente 40 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça EGG (aproximadamente 10 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão



interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Agasalho P (aproximadamente 130 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla , fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho M (aproximadamente 180 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla , fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho G (aproximadamente 100 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla , fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho GG (aproximadamente 40 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla , fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho EGG (aproximadamente 10 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla , fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Bermuda Para Atletismo (aproximadamente 36 Unidades), cor a ser definida, em poliéster, malha fria, elastano de compressão para atletismo, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, 4 x 4 cores.

Camiseta Regata Para Atletismo (aproximadamente 72 unidades), cor a ser definida, em poliéster em malha fria, elastano de compressão para atletismo, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, 4 x 4 cores.

Camiseta Regata Para Basquete Em Cadeira De Rodas (aproximadamente 10 unidades), 100% poliéster em malha fria com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, números em transfer, com numeração de 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 (Tamanho do número: 10cm na frente e 20cm de altura nas costas), duas cores;

Camiseta Para Bocha (aproximadamente 12 unidades), camisa com duas cores (a serem definidas) 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, 4 x 4 cores.

Camiseta Para Goalball (aproximadamente 20 unidades), camisa de manga longa 100% poliéster em malha fria com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, os acolchoados devem ter no mínimo 2 centímetros e no máximo de 10 centímetros em qualquer direção do corpo, no cotovelo para proteção durante os movimentos, punhos canelados e elástico, números em transfer, com numeração de 1 a 5 (Tamanho do número: 20 cm de altura na frente e 20cm de altura nas costas, em cor a ser definida.



Calça Para Goalball (aproximadamente 10 unidades), calça de goleiro preta em 100% poliéster em malha fria, acolchoada nas laterais e nos joelhos, os acolchoados devem ter no mínimo 2 centímetros e no máximo de 10 centímetros de espessura, com espuma (mínimo de 20 centímetros de comprimento) de alta densidade nas laterais e no joelho, punho elástico no tornozelo, na cor preta, elástico e cordão na cintura.

Camiseta Para Futebol De 5 (aproximadamente 20 unidades), camisa de manga curta 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, números em transfer, com numeração de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 (Tamanho do número: 10cm na frente e 20cm de altura nas costas, em cor a ser definida

Camisa De Goleiro Para Futebol De 5 (aproximadamente 04 unidades), camisa de manga longa 100% poliéster em malha fria com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, acolchoamento no cotovelo para proteção durante os movimentos, punhos canelados e elástico, números em transfer, com numeração 1 e 12 (Tamanho do número: 10 cm na frente e 20cm de altura nas costas, cor: em cor a ser definida

Calção Para Futebol De 5 (aproximadamente 20 unidades), calção 100% poliéster, malha dupla; com elástico na cintura e cordas para amarrar;

Meião Para Futebol De 5 (aproximadamente 20 unidades), meia para prática do futsal, 43%poliester, 34% algodão, 22% poliamida, 01% elastodieno; sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; cor: preto/branco.

Camiseta Para Futebol De 7 (aproximadamente 20 unidades), camisa de manga curta 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, números em transfer, com numeração de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 (Tamanho do número: 10cm na frente e 20cm de altura nas costas, em cor a ser definida.

Camisa De Goleiro Para Futebol De 7 (aproximadamente 04 unidades), camisa de manga longa 100% poliéster em malha fria com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, acolchoamento no cotovelo para proteção durante os movimentos, punhos canelados e elástico, números em transfer, com numeração 1 e 12 (Tamanho do número: 10 cm na frente e 20cm de altura nas costas, cor: em cor a ser definida.

Calção Para Futebol De 7 (aproximadamente 20 unidades), calção 100% poliéster, malha dupla; com elástico na cintura e cordas para amarrar;

Meião Para Futebol De 7 (aproximadamente 20 unidades), meia para prática do futsal, 43%poliester, 34% algodão, 22% poliamida, 01% elastodieno; sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; cor: preto/branco.

Touca Para Natação (aproximadamente 36 unidades), touca de natação 100 % de silicone, tamanho único, em cor definida no layout anexo, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação.



Camiseta Paradminton (aproximadamente 08 unidades), camisa 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor a ser definida

Calção para Paradminton (aproximadamente 04 unidades), short em 100% poliéster, a elástico e cordão na cintura, em cor a ser definida.

Camiseta para Tênis De Mesa (aproximadamente 24 unidades), camisa de manga curta, 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor definida no layout anexo.

Calção para Tênis de Mesa (aproximadamente 08 unidades)- short em 100% poliéster, a elástico e cordão na cintura em cor a ser definida

Camiseta para Tênis Em Cadeira De Rodas (aproximadamente 10 unidades), camisa 100% poliéster em malha fria, em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor a ser definida.

Calção para Tênis em Cadeira de Rodas (aproximadamente 05 unidades) - short em 100% poliéster, a elástico e cordão na cintura em cor a ser definida.

Camiseta Para Vôlei Sentado (aproximadamente 16 unidades), camisa regata 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, com numeração de 1 a 20 (Tamanho do número: no mínimo 15 cm de altura na frente e no mínimo 20cm de altura nas costas em cor a ser definida

Bermuda para Para Vôlei Sentado (aproximadamente 08 unidades), bermuda em 100% poliéster, acolchoada nas laterais, com espuma de alta densidade nas, na cor preta, elástico e cordão na cintura.

Camiseta para Comissão Técnica (aproximadamente 84 unidades), 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor a ser definida.

EXERCÍCIO 2021

Materiais Esportivos

Bola de Basquete Oficial Masculina (aproximadamente 40 unidades), confeccionada em PU e microfibra, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 75 cm a 78 cm de circunferência, pesando entre 600 e 650 gramas, matrizada, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Basquete Oficial Feminina (aproximadamente 25 unidades), confeccionada em PU e microfibra, matrizada, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 72 cm a 74 cm de circunferência, pesando entre 510 e 565 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.



Bola de Futsal Oficial (aproximadamente 215 unidades), confeccionada em PU, com gomos termo soldados, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 61 cm a 64 cm de circunferência, pesando entre 410 e 440 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Tênis de Mesa (aproximadamente 60 unidades), confeccionada em plástico, na cor branca, diâmetro de 40, estabelecida pela Federação Internacional de Tênis de Mesa.

Bola de Voleibol Oficial (aproximadamente 250 unidades), confeccionada em PU e microfibra, matrizada, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 65 cm a 67 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, com miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Vôlei de Areia (aproximadamente 12 unidades), confeccionada em PU e microfibra, com gomos termo soldados, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 65 cm a 68 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, com miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Handebol Categoria H1 (aproximadamente 40 unidades), confeccionada em PU, costurada, dupla laminação, que proporcione alta aderência nas mãos, contendo em seu interior câmara em butil, com 49 cm a 52 cm de circunferência, pesando entre 230 a 270 gramas, miolo de silicone, removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Handebol Categoria H2 (aproximadamente 50 unidades), confeccionada em PU, costurada, dupla laminação, que proporcione alta aderência nas mãos, contendo em seu interior câmara em butil, com 54 cm a 56 cm de circunferência, pesando entre 325 e 400 gramas, miolo de silicone, removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Bola de Handebol Categoria H3 (aproximadamente 40 unidades), confeccionada em PU, costurada, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, que proporcione alta aderência nas mãos, com 58 cm a 60 cm de circunferência, pesando entre 425 e 475 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.

Peteca de Badminton (aproximadamente 60 unidades), desenvolvida em nylon, na cor amarela, com base em cortiça, envolvida por um anel de fita azul de 0,5mm de largura, com 8cm a 9cm de altura, pesando de 5 a 5,5 gramas.

Números para a modalidade Atletismo (aproximadamente 2.000 unidades), em papel sintético 75g com impressão em alta resolução, com dimensão ½ A4. Necessária a aquisição de 7.000 alfinetes de segurança, niquelado tamanho 00.

Números para a modalidade Ciclismo (aproximadamente 200 unidades), em papel sintético 75g com impressão em alta resolução, formato ½ A4. Necessária a aquisição de 600 alfinetes de segurança, niquelado tamanho 00.

Adesivos para a modalidade Ciclismo (aproximadamente 400 unidades), 10cm por 07 cm.



Bola de Goalball (aproximadamente 3 unidades), de cor azul, com superfície áspera sem componentes, borracha natural, diâmetro de 24 cm a 25 cm, circunferência 75,5 a 78,5 cm, 1200 a 1300 gramas. Orifícios para propagação do som: 4 orifícios no hemisfério superior e 4 no hemisfério inferior. Guizos 2pcs, dureza de acordo com a norma DIN 53505 : 80-85 °Shore.

Pelota De Atletismo (aproximadamente 10 unidades), de couro natural legítimo, aferida, pesando 250g, com diâmetro de 6,3 cm a 6,7 cm.

Kit Bocha (aproximadamente 03 unidades), especialmente fabricado para a finalidade, feita a mão, contendo 13 (treze) bolas de couro (seis vermelhas, seis azuis e uma branca) tudo numa maleta, feitas à mão, preenchidas grânulos sintéticos não tóxicos, com 8,2cm de diâmetro, pesando entre 270 a 300 gramas. Contém ainda Uma raquete sinalizadora 26X16cm, tendo um lado azul e outro vermelho e um compasso em acrílico de 30X2cm em duas cores.

Bola Society (aproximadamente 2 unidades), PU ou PVC, 420 - 450g, Circunferência 66 a 70cm

Premiação

Medalha Ouro (aproximadamente 12.300 unidades), na medida de 6x6cm (6cm de diâmetro) com 4mm de espessura na borda e 2mm de espessura na parte central. Acabamento: banho eletrolítico em dourado (ouro). Produzidas pelo processo de fundição em metal zamak, com molde 3d. Medalhas com passador para fita na medida de 90x2cm. Haverá a aplicação no verso de vinil adesivo e acabamento com resina fixado diretamente na peça para personalização das medalhas. Aplicação da logomarca do evento na frente em alto relevo e aplicação de logomarcas do governo no verso.

Medalha Prata (aproximadamente 11.100 unidades), na medida de 6x6cm (6cm de diâmetro) com 4mm de espessura na borda e 2mm de espessura na parte central. Acabamento: banho eletrolítico em prata. Produzidas pelo processo de fundição em metal zamak, com molde 3d. Medalhas com passador para fita na medida de 90x2cm. Haverá a aplicação no verso de vinil adesivo e acabamento com resina fixado diretamente na peça para personalização das medalhas. Aplicação da logomarca do evento na frente em alto relevo e aplicação de logomarcas do governo no verso.

Medalha Bronze (aproximadamente 10.200 unidades), na medida de 6x6cm (6cm de diâmetro) com 4mm de espessura na borda e 2mm de espessura na parte central. Acabamento: banho eletrolítico em cobre velho (bronze). Produzidas pelo processo de fundição em metal zamak, com molde 3d. Medalhas com passador para fita na medida de 90x3cm. Haverá a aplicação no verso de vinil adesivo e acabamento com resina fixado diretamente na peça para personalização das medalhas. Aplicação da logomarca do evento na frente em alto relevo e aplicação de logomarcas do governo no verso.

Fitas para medalhas (aproximadamente 33.600 unidades), na medida de 90x2cm, fita em poliéster (100%) personalizadas pelo processo de sublimação.

Troféu Ouro (aproximadamente 72 unidades), em aço inox aisi 304 dourado, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química. Dimensões corpo: 14,5 x 20cm com 1,5mm de espessura. Pintura automotiva 01 cor. Base nas dimensões 19 x 7cm com 5cm de altura confeccionada em mdf, acabamento com cor te ovalado e aplicação de verniz. Personalização em



plaqueta de aço inox aisi 304 dourado, na medida de 17 x 3cm e espessura de 0,6mm, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química, fixada na base.

Troféu Prata (aproximadamente 72 unidades), em aço inox aisi 304 prata, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química. Dimensões corpo: 14,5 x 20cm com 1,5mm de espessura. Pintura automotiva 01 cor. Base nas dimensões 19 x 7cm com 5cm de altura confeccionada em mdf, acabamento com cor te ovalado e aplicação de verniz. Personalização em plaqueta de aço inox aisi 304 dourado, na medida de 17 x 3cm e espessura de 0,6mm, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química, fixada na base

Troféu Bronze (aproximadamente 72 unidades), em aço inox aisi 304 bronze, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química. Dimensões corpo: 14,5 x 20cm com 1,5mm de espessura. Pintura automotiva 01 cor. Base nas dimensões 19 x 7cm com 5cm de altura confeccionada em mdf, acabamento com cor te ovalado e aplicação de verniz. Personalização em plaqueta de aço inox aisi 304 dourado, na medida de 17 x 3cm e espessura de 0,6mm, com gravações em alto/baixo relevo através de corrosão química, fixada na base.

Uniformes

Camisa P (aproximadamente 620 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Camisa M (aproximadamente 950 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Camisa G (aproximadamente 720 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Camisa GG (aproximadamente 270 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Camisa EG (aproximadamente 60 unidades), em malha pv, 67% poliéster e 33% viscose, com gola arredondada, manga curta, na cor branca, com impressão das logomarcas em silk screem 4x4 cor, produzido conforme layout anexo. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial da malha pv: composta 67% poliéster e 33% viscose; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça P (aproximadamente 130 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá



apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça M (aproximadamente 180 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça G (aproximadamente 100 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça GG (aproximadamente 40 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Calça EGG (aproximadamente 10 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com dois bolsos nas laterais e um bolso traseiro do lado direito, cintura com elástico sanfonado com cordão interno para amarração, com aplicação de silk de logomarca em 4x4 cores. A empresa deverá apresentar laudo técnico laboratorial do tecido tactel 100% poliéster; através de laboratório credenciado pelo inmetro.

Agasalho P (aproximadamente 130 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla, fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho M (aproximadamente 180 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla, fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho G (aproximadamente 100 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla, fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho GG (aproximadamente 40 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla, fechamento frontal com zíper, barra em ribana.

Agasalho EGG (aproximadamente 10 unidades), produzido em tecido tactel 100% poliéster, com bolsos nas laterais e com forro interno, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, punho em ribana dupla, fechamento frontal com zíper, barra em ribana.



Bermuda Para Atletismo (aproximadamente 36 Unidades), cor a ser definida, em poliéster, malha fria, elastano de compressão para atletismo, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, 4 x 4 cores.

Camiseta Regata Para Atletismo (aproximadamente 72 unidades), cor a ser definida, em poliéster malha fria, elastano de compressão para atletismo, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, 4 x 4 cores.

Camiseta Regata Para Basquete Em Cadeira De Rodas (aproximadamente 10 unidades), 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen 4 x 4 cores, números em transfer, com numeração de 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 (Tamanho do número: 10cm na frente e 20cm de altura nas costas), duas cores;

Camiseta Para Bocha (aproximadamente 12 unidades), camisa com duas cores (a serem definidas) 100% poliéster me malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, 4 x 4 cores.

Camiseta Para Goalball (aproximadamente 20 unidades), camisa de manga longa 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, os acolchoados devem ter no mínimo 2 centímetros e no máximo de 10 centímetros em qualquer direção do corpo, no cotovelo para proteção durante os movimentos, punhos canelados e elástico, números em transfer, com numeração de 1 a 5 (Tamanho do número: 20 cm de altura na frente e 20cm de altura nas costas, em cor a ser definida.

Calça Para Goalball (aproximadamente 10 unidades), calça de goleiro preta em 100% poliéster, acolchoada nas laterais e nos joelhos, os acolchoados devem ter no mínimo 2 centímetros e no máximo de 10 centímetros de espessura, com espuma (mínimo de 20 centímetros de comprimento) de alta densidade nas laterais e no joelho, punho elástico no tornozelo, na cor preta, elástico e cordão na cintura.

Camiseta Para Futebol De 5 (aproximadamente 20 unidades), camisa de manga curta 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, números em transfer, com numeração de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 (Tamanho do número: 10cm na frente e 20cm de altura nas costas, em cor a ser definida

Camisa De Goleiro Para Futebol De 5 (aproximadamente 04 unidades), camisa de manga longa 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, acolchoamento no cotovelo para proteção durante os movimentos, punhos canelados e elástico, números em transfer, com numeração 1 e 12 (Tamanho do número: 10 cm na frente e 20cm de altura nas costas, cor: em cor a ser definida

Calção Para Futebol De 5 (aproximadamente 20 unidades), calção 100% poliéster, malha dupla; com elástico na cintura e cordas para amarrar;

Meião Para Futebol De 5 (aproximadamente 20 unidades), meião para prática do futsal, 43%poliester, 34% algodão, 22% poliamida, 01% elastodieno; sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; cor: preto/branco.



Camiseta Para Futebol De 7 (aproximadamente 20 unidades), camisa de manga curta 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, números em transfer, com numeração de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 (Tamanho do número: 10cm na frente e 20cm de altura nas costas, em cor a ser definida).

Camisa De Goleiro Para Futebol De 7 (aproximadamente 04 unidades), camisa de manga longa 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, acolchoamento no cotovelo para proteção durante os movimentos, punhos canelados e elástico, números em transfer, com numeração 1 e 12 (Tamanho do número: 10 cm na frente e 20cm de altura nas costas, cor: em cor a ser definida).

Calção Para Futebol De 7 (aproximadamente 20 unidades), calção 100% poliéster em malha fria, malha dupla; com elástico na cintura e cordas para amarrar;

Meião Para Futebol De 7 (aproximadamente 20 unidades), meião para prática do futsal, 43%poliester, 34% algodão, 22% poliamida, 01% elastodieno; sola acolchoada, punho elástico; tamanho: 39 a 43; cor: preto/branco.

Touca Para Natação (aproximadamente 36 unidades), touca de natação 100 % de silicone, tamanho único, em cor definida no layout anexo, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação.

Camiseta Paradminton (aproximadamente 08 unidades), camisa 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor a ser definida

Calção para Paradminton (aproximadamente 04 unidades), short em 100% poliéster, a elástico e cordão na cintura, em cor a ser definida.

Camiseta para Tênis De Mesa (aproximadamente 24 unidades), camisa de manga curta, 100% poliéster, em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor definida no layout anexo.

Calção para Tênis de Mesa (aproximadamente 08 unidades)- short em 100% poliéster, a elástico e cordão na cintura em cor a ser definida

Camiseta para Tênis Em Cadeira De Rodas (aproximadamente 10 unidades), camisa 100% poliéster, em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor a ser definida.

Calção para Tênis em Cadeira de Rodas (aproximadamente 05 unidades) - short em 100% poliéster, a elástico e cordão na cintura em cor a ser definida.

Camiseta Para Vôlei Sentado (aproximadamente 16 unidades), camisa regata 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, com numeração de 1 a 20 (Tamanho do número: no mínimo 15 cm de altura na frente e no mínimo 20cm de altura nas costas em cor a ser definida



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Bermuda para Para Vôlei Sentado (aproximadamente 08 unidades), bermuda em 100% poliéster, acolchoada nas laterais, com espuma de alta densidade nas, na cor preta, elástico e cordão na cintura.

Camiseta para Comissão Técnica (aproximadamente 84 unidades), 100% poliéster em malha fria, com desenho e logomarcas em silkscreen, transfer ou sublimação, em cor a ser definida.